



530
de Abril

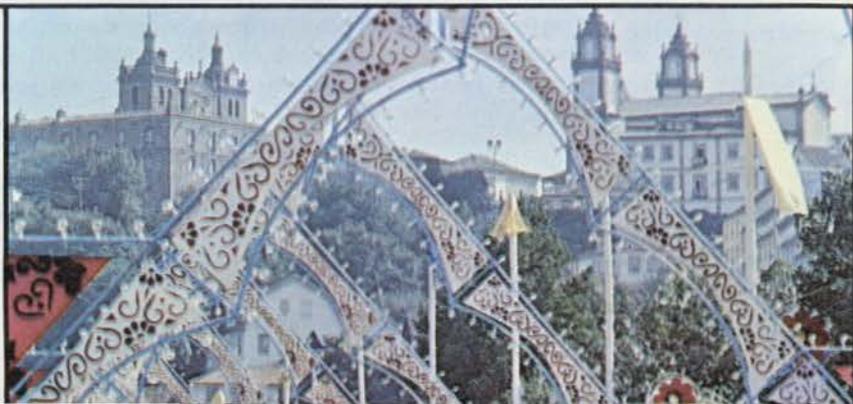
SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO

COMEMORAÇÕES
DO
5 DE OUTUBRO



PORTUGAL
NO CONSELHO
DA EUROPA

FEIRA DE
S. MATEUS
(VISEU)



AOS LEITORES

Tem sido constante o esforço para melhorarmos a Informação para os emigrantes.

A regularidade da publicação da Revista e um sensível melhoramento no processo de expedição (os dois últimos números parecem já ter chegado mais cedo às mãos dos leitores) são progressos que embora muito diminutos em relação às necessidades reais, nos apraz registar.

A confirmar o saldo positivo do nosso trabalho, estão as cartas de emigrantes manifestando-nos o seu apreço, bem como o número crescente de novas assinaturas.

Porém, condicionalismos de ordem técnica — decorrentes da continuação dos trabalhos de reestruturação dos serviços — impediram que se atingisse já a meta desejada.

Continuaremos entretanto a desenvolver todos os esforços para proporcionar a todos os emigrantes uma visão ampla da vida portuguesa de hoje, bem como fazer desta Revista uma presença constante do Portugal renovado no coração de todos os que embora ausentes permanecem ligados à sua terra pelos laços familiares e pelo seu patriotismo.

Para atingir tais objectivos precisamos da colaboração de todos os leitores, quer formulando críticas e sugestões, quer divulgando a nossa Revista. Queremos chegar a todos os portugueses no estrangeiro, e só com esse auxílio o conseguiremos.

- ESCREVA-NOS.
- DIVULGUE A NOSSA REVISTA.
- RECOMENDE A SUA ASSINATURA.



25 de Abril

N.º 14 - OUTUBRO / 1976 - Preço 15\$00

REVISTA MENSAL

EDICÃO E PROPRIEDADE
DA SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO

SEDE: SERVIÇO DE INFORMAÇÃO E APOIO CULTURAL
PRACA DO AREEIRO, 11, 2.º ESQ - TELS: 72 15 30/72 60 95

DIRECTOR: JOSÉ CARDOSO

REDACTORES: AVELINO PINTO E PALMINHA SILVA

COMPOSTO E IMPRESSO
POR MIRANDELA C.ª
TRAV. CONDESSA DO RIO, 7-9 - LISBOA

2 OS LEITORES EMIGRANTES ESCRIVEM

4 O PAÍS HOJE

10 5 DE OUTUBRO DE 1910

12 MESA-REDONDA NA GUARDA

14 VISEU — FEIRA DE S. MATEUS

17 FIGURAS QUE FORAM UMA ÉPOCA

18 PORTUGAL E O MUNDO

24 VOO INAUGURAL LISBOA-CARACAS

27 CARTA DO MÊS

28 TOME NOTA

31 O EMIGRANTE PORTUGUÊS NO MUNDO

34 PELAS NOSSAS TERRAS



Pág. 10

5 DE OUTUBRO DE 1910



Pág. 14

VISEU
FEIRA DE S. MATEUS



Pág. 24

VOO INAUGURAL
LISBOA-CARACAS



Pág. 31

O EMIGRANTE PORTUGUÊS
NO MUNDO



Pág. 35

FESTAS DA SENHORA
DA AGONIA (V. do Castelo)

OS LEITORES EMIGRANTES ESCRIVEM

«A GENTE COM O TEMPO VAI-SE CANSANDO...»

É com prazer que estou a escrever esta carta. Emigrei com 16 anos em 1965 para Hamburgo (Alemanha), e peço-lhe o favor de me informar do seguinte: eu comprei uma casa r/c e 1.º andar em Viana do Castelo que estará pronta em Julho de 1977 na altura que eu tenciono ir a Portugal e como ainda não sei ao certo quanto tempo estarei aqui por Alemanha, para a casa não estar fechada, talvez a vá alugar até eu regressar de vez para Portugal. Esta é a pergunta que eu gostaria que me respondessem:

No caso de eu alugar a casa era nas condições de um dia que eu vá para Portugal de vez ter o direito à casa. Pergunto: para isso, que devo fazer?

Outra pergunta que eu gostaria de fazer, esta é um pouco mais complicada, talvez por ser caso único.

Eu, como 95 % dos portugueses aqui na Alemanha tencionamos um dia ir para sempre para Portugal. A gente com o tempo vai-se cansando do estrangeiro... eu falo por mim. Eu não tenho curso de

nada; muitas vezes penso ir para Portugal mas como é fazer o quê?

Até que cheguei a uma conclusão que deve ser a única chance para poder ir de vez. É comprar um barco de ferro ou seja, um arrastão de pesca, não muito grande, de uns 20 metros de comprimento, em segunda mão, e levar para Portugal (Viana do Castelo) que seria o único. Nós em Portugal não temos desse género, não seria só para, mim mas também dava trabalho para mais 5 homens.

Eu sei que agora os senhores perguntam: porquê é que eu não compro o mesmo barco em Portugal?

Bom: destes barcos só mandar fazer especial e então custaria tanto dinheiro que eu não teria possibilidades de o pagar. Era um barco para custar mais de 7000 contos e que eu aqui poderia comprar por 2500 contos. Bom, com o mesmo dinheiro também podia comprar um barco de madeira, novo, em Portugal, e empregaria 10 homens, mas eu sou de opinião que os barcos que há em Portugal, na pesca artesanal, como lhe chamam é uma arte antiquada. Eu

com o barco que gostaria de levar, precisava menos gente e tinha mais possibilidades de trazer mais peixe para terra: em poucas palavras, era um barco de futuro.

Evidentemente que eu não tenho os 2500 contos, mas talvez mais 2 anos, terei metade e segundo uma informação de um jornal de maior circulação na Alemanha que é o «Bild Zeitung», a Alemanha quer enviar para os seus países de origem 500 000 imigrantes e dar empréstimo aos emigrantes para se estabelecerem, com os juros de 2 % ao ano. O emigrante terá que ter metade, ou seja 50 %, os outros 50 % dará 25 % a Alemanha e os outros 25 % será o país de origem, no meu caso será Portugal. Isso deve de estar em negociações. Não sei se já estará aprovado com o governo Português mas lembro que a Turquia já tem um contrato do mesmo género com Alemanha, e Portugal, Espanha, Grécia e Marrocos, como já disse, estão em negociações.

Portanto, a Alemanha está interessada. Se não ficar aprovado é porque Portugal não quer. No meu modo de ver seria um grande bem para Portugal, porque nós, emigrantes, mais tarde ou mais cedo teremos que ir por falta de trabalho e então não levaríamos nada que é o que está já a acontecer a muitos estrangeiros, e a portugueses também, muitos, por não estarem informados.

Tenho ainda a dizer que eu fui criado no bairro Ribeirinho em Viana do Castelo até vir para a Alemanha. Andei à pesca artesanal e na Alemanha também andei na pesca, até casar, agora sou apenas um motorista de camiões, já há 6 anos.

José Manuel Brito Portela
(Alemanha)

Achamos muito interessante e proveitosa a sua ideia de comprar um arrastão de pesca e trazê-lo para Portugal. Sobre este assunto, os serviços competentes da S. E. E. já o infor-

Estas páginas estão reservadas à correspondência dos nossos leitores. Todas as cartas serão bem vindas, pois representam uma contribuição importante para o estreitamento dos laços entre todos os emigrantes portugueses espalhados pelo Mundo, bem como o conhecimento das situações que enfrentam no seu dia-a-dia.

Contudo, dado o grande volume da correspondência ultimamente recebida, não nos é possível a publicação da sua maior parte, o que lamentamos. Escolheremos pois as cartas que pelo tema abordado tenham mais interesse para todos, e delas extrairemos o seu conteúdo mais significativo. Noutro local da Revista publicaremos, sempre que possível, a Carta do Mês, ou seja, aquela que no seu total proporcione um melhor entendimento dos problemas e satisfação dos anseios dos emigrantes.

Também na medida do possível tentaremos dar-lhes a resposta (se for caso disso) dos serviços competentes da S. E. E. — independentemente daquela que estes mesmos serviços possam dar directamente ao interessado.

ESCREVA-NOS

maram directamente. Fazemos votos para que consiga levar por diante a iniciativa.

Quanto ao assunto da casa, e utilizando também a resposta que lhe foi dada directamente, deverá proceder do seguinte modo: se pretende arrendá-la por agora e habitá-la logo que regressar definitivamente a Portugal, aconselhamo-lo a celebrar um contrato de arrendamento sujeito a um termo final, ou seja, por X anos (mais ou menos aqueles que pensa permanecer na Alemanha). De outro modo, se celebrar um contrato de arrendamento normal onde se refere «automaticamente renovável por iguais períodos e condições» e os seus inquilinos não quiserem deixar a casa vaga, deverá entrar em acordo com eles ou então, segundo a legislação actual (Decreto-Lei n.º 583-76 de 22 de Julho) se for dono do prédio há mais de 5 anos poderá intentar-lhes uma acção de despejo, ou seja, de denúncia para habilitação do senhorio.

«PENSO QUE TODO O EMIGRANTE DEVA SER ASSINANTE DA REVISTA...»

Informo que mesmo hoje enviei 24 marcos, através do Banco Português do Atlântico, para pagamento de nova assinatura da Revista «25 de Abril».

Tenho a informar que estou imenso satisfeito em receber esta Revista, para nós portugueses emigrantes. Foi uma grande ideia em publicar a dita revista «25 de Abril» para nos informar de tudo que se passa na nossa linda Pátria, e também para nos informar, de todos os nossos direitos, que temos tanto no nosso País como aqui no estrangeiro.

Penso que todo o emigrante devia de ser assinante desta revista; porque eu penso para mim que 99% dos emigrantes não sabem do que se passa no nosso País e nem tão pouco, das regalias

que temos direito aqui no estrangeiro.

Também tenho a honra de informar que estou todos os dias ansioso que chege às 21 horas para ouvir as emissões da Rádio Liberdade, para mais uma vez, matar saudades do nosso querido Portugal, mas a maior parte dos dias fico a saber o mesmo.

Não por ouvir mal o programa, mas sim por estar uma emissora inglesa em cima da nossa, a esta mesma hora. E como a inglesa é mais forte, abafa a nossa.

Pena é não mudar de onda ou de metros, porque principalmente, às segundas-feiras estamos com o ouvido àlerta para ouvirmos a Rádio e desporto e ficamos a saber o mesmo.

Aonde também pedia se dignem mandar escrever as nossas direcções mais visíveis, para não haver atrasos de correspondência e nem desvios, e também lhes tenho a agradecer o envio dos jornais, que tenho recebido semanalmente.

E com os meus antecipados agradecimentos pela melhor atenção ao meu pedido, me subscrevo com elevada consideração e estima.

Serafim R. Maceira
(Alemanha)

Pensamos que a revista «25 de Abril» pode ser um porta-voz dos problemas de todos os emigrantes. Por isso, mande-nos daí as suas informações e sugestões que achar importantes. Quanto às dificuldades para ouvir as nossas emissões de rádio, estamos a tentar melhorá-las. No entanto — como pode calcular até pela natureza dos factos que aponta — a resolução do problema leva algum tempo.

APOIO A INICIATIVA, MAS...

Sou assinante da revista que esse ministério publica ou seja a revista «25 de Abril». Como me foram enviados alguns exemplares,

depois foi deixando de se publicar e mais tarde voltou a publicar-se novamente, por intermédio desta carta pedia que me informassem quando termina a minha assinatura porque, devido a interrupção, eu não sei quando termina.

Outro assunto que tenho para que seja resolvido vai para 2 anos. Fui informado que o serviço da emigração se debruça sobre assuntos dos emigrantes, pois o assunto é o seguinte: uma comissão de uma povoação perto da minha terra Natal abriu uma estrada para aquela povoação. Eu apoio a iniciativa, mas acontece que ocuparam terreno de uma pequena propriedade que me pertence, a indemnizaram todos os proprietários e a mim nem sequer me procuraram. Se lhes dava autorização para passar pois eu todos os anos pago os meus direitos às finanças. Gostava de ver este assunto esclarecido. Faço um apelo ao Secretário de Estado da Emigração para me informar se pode resolver o meu caso. Falei com o Sr. Presidente da Junta o qual me respondeu que não tinha nada com o assunto, depois de me informarem que foi ele que deu autorização para tal acto. Aqui lhes mando os dados: a minha terra fica na freguesia de Vide, concelho de Seia. Minha terra é Barriosa e a terra que fez a estrada é Fradigas, da mesma freguesia e do mesmo concelho, e sem outro assunto, de momento, creia-me com estima e consideração.

António Mendes dos Santos
(Alemanha)

A sua assinatura terminou n. n.º 12. Deverá, portanto, se quiser continuar a receber a Revista, enviar-nos a importância correspondente (veja instruções na pág. 39).

Quanto ao outro problema, do mesmo foram informados os serviços competentes, que entretanto, segundo informação prestada, já lhe responderam directamente.

MÁRIO SOARES FALOU AO PAÍS

O Primeiro-Ministro Mário Soares na sua esperada comunicação ao País, de 9 de Setembro, pôs a tónica na crise por que passa a nossa economia, e fez um apelo ao trabalho, uma chamada à responsabilidade, um convite a uma vigorosa arrancada na produção e a um combate ao absentismo. Apontou, em resumo, os erros graves cometidos ao longo destes 2 anos; enumerou os principais objectivos da política económica do Governo; enunciou a série de realizações já programadas (o plano das obras públicas, os projectos ligados a Sines — fábrica de vagões e petroquímica —, a Siderurgia da Maia, os adubos, os cimentos, as fábricas de maquinaria agrícola e de electrodomésticos), passando pelos projectos de Moncorvo (minas de ferro) e de Aljustrel (pirites);

pronunciou-se sobre os transportes e comunicações (plano de reequipamento), a produção de energia eléctrica (barragens da Valeira, do Pocinho, do Crestuma, da Agueira e de Alqueva;

referiu-se à Lei dos Solos e à Reforma Agrária, aos impostos e «ao estado calamitoso do nosso ensino»;

acabando por afirmar que os pides e os assassinos do general Humberto Delgado começarão a ser julgados ainda este ano, e que a actividade bombista será investigada até ao fim, sem complicações.

As medidas concretas anunciadas por Mário Soares são as seguintes:

— Normas claras para a contratação colectiva.

— Diploma que institui o horário de trabalho nacional.

— Reorganização da Polícia Judiciária.

— Contenção das despesas do sector público.

— Limitação e disciplina dos avales do Estado.

— Moralização das compras efectuadas pela sector público.

— Aumento das contribuições para a Previdência.

— Agravamento da sobretaxa sobre as importações (de 20% para 30%).

— Restrição da importação de bens menos essenciais.

— Eventual racionamento de alguns produtos.

— Taxa preferencial de crédito para as exportações a efectivar no prazo de um ano.

— Orçamento cambial imperativo para o sector público.

— Aumento do preço dos transportes.

— Revisão do salário mínimo.

— Correção de disparidades cambiais.

— Revisão das pensões de reforma.

— 13.º mês pago em títulos do Tesouro (acima de 5 mil escudos).

— Dinamização do mercado de capitais.

— Combate ao mercado negro de divisas.

— Vasto plano de obras públicas.

— Relançamento do sector da construção civil.

— Desocupação de propriedades no respeito pela Reforma Agrária.

— Alargamento do prazo de cobrança do Imposto Complementar.

— Sistema de crédito pessoal para o pagamento de impostos.

— Racionalização dos gastos do orçamento do MEIC.

AS REMESSAS DOS EMIGRANTES

Dado o seu interesse, apresentamos a seguir alguns dados do número de Julho do Boletim Informativo do Banco Totta e Açores sobre a evolução e o impacto das remessas dos trabalhadores emigrantes na nossa economia. Essas remessas que constituem mais de 80% das transferências privadas do estrangeiro para o nosso país, a partir de 1971, começam a decrescer, progressivamente, até 1975. Neste ano há uma redução de 3,8 milhões de contos em relação a 1974, ano em que o volume de transferências privadas atingiu os 28 milhões de contos.

As transferências vêm sobretudo dos países europeus da OCDE, especialmente da França e Alemanha; as remessas daqueles paí-

ses, no primeiro trimestre de 1975, representaram 56% do total e, nos últimos 2 anos, cerca de 3/4 do total das remessas recebidas.

Lembra-se, a este propósito que os números oficiais de trabalhadores portugueses em França eram em 1 de Janeiro de 1972, 1975 e 1976, respectivamente, 894 550, 840 460 e 858 929.

Em contrapartida, as remessas provenientes dos Estados Unidos e do Canadá continuam a declinar, o que significa, seguramente, uma progressiva implantação dos emigrantes e seus familiares nestes dois países. O saldo das transferências privadas tem representado portanto uma percentagem crescente do rendimento nacional. Em 1972, ano em que atingiu o seu máximo,

essa percentagem era de 12,1%. É importante realçar que as remessas foram suficientes para compensar os défices crescentes da nossa balança comercial, no período de 1967 a 1973. Essa diferença positiva entre os saldos das transferências privadas e da balança comercial permitiu, inclusivamente, aumentar substancialmente as reservas de divisas, o que evitou o recurso ao crédito

externo. Só a partir de 1973, ano de inversão da tendência, as transferências se tornaram insuficientes para compensar o enorme défice da balança comercial.

Pode afirmar-se pois, em conclusão, que as remessas dos emigrantes possuem um valor extraordinário como factor de equilíbrio da balança de pagamentos e como contributo para elevar o nível da poupança nacional.

HABITAÇÃO

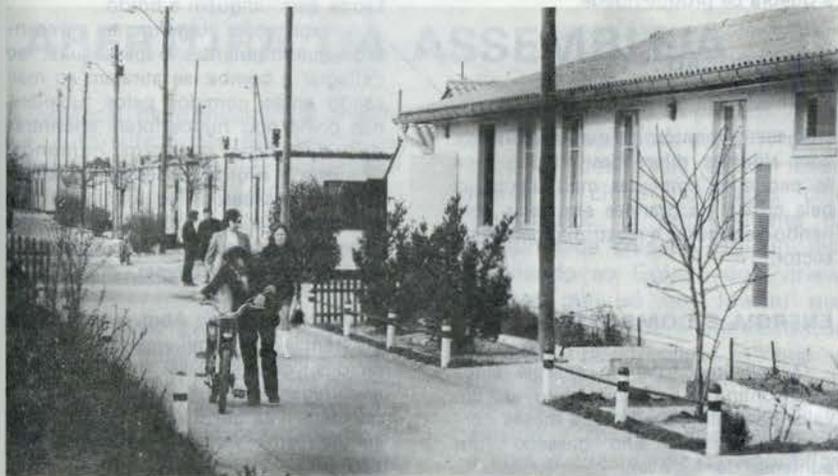
O ministro da Habitação e Urbanismo, Eduardo Pereira, anunciou, no Porto, um programa de construção de 15 mil fogos, para fazer face às gravíssimas carências sentidas no sector. Estas casas pré-fabricadas — que obedecem a um tipo de construção definitiva, segundo as exigências do modelo português — destinam-se principalmente aos retornados das ex-colónias e às populações mais humildes, mas o projecto, afirmou o ministro «é uma gota de água no oceano» já que «são necessárias umas 600 mil casas para dar resposta plena às necessidades habitacionais de todos os portugueses» e o problema só ficará resolvido dentro de 20 anos.

Um crédito de 300 mil contos posto à disposição das Câmaras, incentivará o arranque, uma vez

que o Estado não pode construir mais de 30 mil fogos por ano, dos 70 mil necessários. A construção de casas prontas a habitar até Março de 1977, está distribuída pelos seguintes distritos: Porto (1500 fogos), Braga (110), Viseu (770), Viana do Castelo (370), Vila Real (770), Bragança (690), Aveiro (650), Coimbra, Leiria, Castelo Branco (370) em cada distrito) e Portalegre (210).

Há ainda outro programa especial de 200 fogos (a construir em Lisboa, Porto e Braga) resultante de um empréstimo norueguês já assinado.

Também o Fundo de Habitação procedeu à abertura de concurso público para a adjudicação duma empreitada de construção de 782 fogos, no Porto, no valor de 320 mil contos.



notícias breves

EMPRESAS EM PROGRESSO

A Mague, empresa de construções metálicas, obteve para o nosso país mais de 730 mil contos de divisas, no período compreendido entre Agosto de 1975 e Agosto de 1976, em contratos feitos com o estrangeiro para a venda de máquinas de elevação (guindastes, gruas, pontes rolantes, etc.).

As entregas para a URSS, Roménia, Polónia, e Estado de Bares, serão feitas durante o próximo ano. Na Setenave, está em reparação o petroleiro brasileiro «Bocaina», de 165 mil toneladas. A reparação daquela unidade da Petrobrás (no valor de 60 mil contos) consiste na substituição de parte do fundo do navio, o que envolve mil toneladas de aço e é a mais importante até hoje efectuada naquele estaleiro. Este trabalho foi ganho em concurso internacional em que participaram estaleiros navais da Holanda, da Itália e dos Estados Unidos.

AUMENTA A PRODUÇÃO DE LEITE

Os membros da LACTICOOP (União de Cooperativas de Entre-Douro-e-Mondego) que agrega 10 unidades de produção, analisaram, em Assembleia Geral, o relatório e as contas do ano passado, tendo verificado que a produção de leite aumentou para 48 milhões de litros. A Cooperativa de Vagos foi a que mais contribuiu para a produção obtida: 15 milhões de litros. O valor do leite comercializado ultrapassou os 230 mil contos, ao passo que no ano anterior não chegara aos 80 mil.

A SITUAÇÃO ECONÓMICA

Segundo o boletim sobre a conjuntura económica editado pelo Centro de Estudos e Planeamento (CEP), não se verificou ainda a desejada recuperação económica.

Eis, alguns dados estatísticos provenientes de várias fontes.

AGRICULTURA

A produção do *trigo*, estimada inicialmente em 900 mil toneladas, deverá atingir agora, segundo o Instituto de Cereais, as 750 mil toneladas, quantidade que permitirá a Portugal importar apenas 100 mil toneladas, contra as 320 mil importadas no ano anterior. A produção do *milho*, calcula-se em 470 mil toneladas, número muito próximo das 500 mil de produção média anual, mas que fica muito aquém do consumo nacional (cerca de 1 milhão e 800 mil toneladas). No ano passado importaram-se dos Estados Unidos — país que é também o nosso fornecedor quase exclusivo de trigo — 1 milhão e 300 mil toneladas de milho.

Em relação ao *centeio*, a produção rondará este ano as 170 mil toneladas, e quanto à *cevada* e *aveia* prevê-se uma produção de 120 e 150 mil toneladas. Quanto ao *arroz* a situação é grave, pois a produção estimada pelo IC (60 mil toneladas) representa metade da colheita de 1975 (121 mil toneladas) que já não chegara para o consumo global do país: 150 mil toneladas.

INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS

Apresentam *situação razoável* os seguintes sectores: alimentares, de bebidas, de malhas e vestuário, de derivados do petróleo e carvão, de especialidades farmacêuticas e sabões.

Há *sintomas de recuperação* nos têxteis (especialmente nas empresas voltadas para o exterior), madeira, cortiça, químicas inorgânicas, minerais

não-metálicos, metalúrgicos de base e produtos metálicos. Mas há também *sectores deficientes*: calçado, máquinas não-eléctricas, máquinas e outro material eléctrico, borracha, papel e artigos de papel, tintas, vernizes e produtos de higiene, material de transportes, tipografias e afins, e curtumes.

INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS

Verificou-se uma diminuição de produção, resultante de a semana de trabalho ter passado de 6 para 5 dias. A procura interna de materiais mantém-se estacionária, a baixo nível, e a procura externa demonstra uma pequena animação no que toca à extracção de volfrâmio. Exceptuando as *indústrias ligeiras* — que se encontram em situação razoável — os outros ramos industriais mantêm-se num nível baixo, ou mesmo em crise, apontando os industriais como causas, a fraca procura interna, a perda dos mercados dos novos países africanos de expressão portuguesa, as tensões inflacionistas e a subida dos custos de produção resultantes dos encargos com o pessoal, o encarecimento de matérias-primas e a quebra de produtividade.

CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

O sector mantém-se num nível baixo, com algumas diferenças no que toca às pequenas empresas mais afectadas pela crise e às grandes empresas, tornando-se urgente a reestruturação deste sector.

ENERGIA E COMBUSTÍVEL

O consumo total de energia eléctrica continuou a crescer, atingindo um valor bastante superior aos meses correspondentes do ano passado (um aumento de 13,2%).

O CASO «ANGOCHE»

Os familiares dos tripulantes do navio «Angoche» continuam, 5 anos após o desaparecimento misterioso dos 23 tripulantes e um passageiro daquele barco, quando navegava de Nacala para Porto Amélia, a não aceitar que se ponha «uma pedra sobre o assunto». Consideram que, até este momento, ainda não foram dadas explicações razoáveis para a tragédia que os atingiu; querem a verdade, seja ela qual for. Por isso, ultimamente, empreenderam mais uma diligência, a entrega de uma carta ao Primeiro-Ministro, em que afirmam: «com o «25 de Abril», tivemos uma dupla esperança, pois para além de acreditarmos na transformação de Portugal, acreditávamos ainda (porque particularmente nos dizia respeito) que o misterioso caso «Angoche» iria ser finalmente posto a claro.

O Angoche, no dia 23 de Abril de 1971, saíra de Nacala em direcção a Porto Amélia, levando a bordo 24 pessoas e material de guerra. Depois de algumas horas de viagem deflagrou a bordo uma bomba-relógio incendiária, e a partir daí o navio foi dado como desaparecido; mais tarde foi encontrado pelo petroleiro «Esso-Port Dickson», sem ninguém a bordo.

A explicação vulgarmente apresentada que tripulantes e passageiro, ao deflagrar a bomba, se atiraram ao mar, sendo então comidos pelos tubarões, não colhe pois nunca foram encontrados quaisquer despojos humanos. O mistério avolumou-se com declarações de pessoas, umas afirmando que os viram aqui ou além, outras que viram fotografias deles no momento em que desembarcavam, prisioneiros, em Dar-Es-Salam.

Depois do 25 de Abril, e após muita insistência dos familiares dos desaparecidos, constituiu-se uma comissão encarregada de esclarecer melhor a questão, mas até à data não foi apresentada uma versão verosímil da tragédia.

À MEMÓRIA DO «GENERAL SEM MEDO»

Humberto Delgado — o «general sem medo» — foi alvo de uma expressiva homenagem em Cela Velha (Alcobaça), a qual constou da inauguração de um monumento à memória do homem que em 1958 «ousou» desafiar o Poder estabelecido, candidatando-se às eleições presidenciais com um programa renovador para a vida nacional.

Fruto da iniciativa e da participação popular local, incluindo emigrantes, da Direcção-Geral dos Monumentos Nacionais e da Força Aérea, esta homenagem — que contou com a presença do primeiro-ministro, entre outras individualidades — é mais uma das muitas que o Povo Português lhe vem tributando.

Entretanto, confirma-se a reabertura do processo do assassinio do general, com o qual se espera que os seus autores e demais implicados compareçam finalmente no banco dos réus — principal e indispensável homenagem a que este herói e todos os portugueses têm direito.



MACAU

ABERTURA DA ASSEMBLEIA

«Macau deve encaminhar-se para a auto-suficiência em relação a Portugal», declarou o Governador deste território, coronel Garcia Leandro, na cerimónia de abertura da Assembleia Legislativa e do Conselho Consultivo locais.

O coronel Leandro incitou em seguida a população local a maior compreensão e cooperação no que respeita à política anti-corrupção, não tendo no entanto deixado de afirmar que «o Governo não agirá

contra ninguém sem provas». A Assembleia Legislativa conta 17 membros, 12 dos quais eleitos localmente e cinco nomeados pelo Governador. O representante da comunidade chinesa, Ho Yin, respondendo ao Governador, viria a afirmar que «é em Macau que deve ser decidida a administração de Macau». Recorde-se que o coronel Garcia Leandro esteve recentemente em Lisboa, onde se avistou com o Primeiro-Ministro e com o Presidente da República.

notícias breves

TURISTAS NO PAÍS

A afluência de turistas ao nosso país continuou a diminuir (em 2 por cento) nos primeiros 7 meses deste ano. O movimento de Janeiro a Julho, foi de 1130 mil turistas, enquanto em 1975 foi ligeiramente superior a 1150 mil. Registou-se uma entrada significativa de turistas provenientes da Suécia, Noruega, Holanda, Dinamarca, Bélgica, Alemanha, França, URSS e Bulgária, tendo diminuído os turistas vindos dos Estados Unidos, Brasil, Inglaterra e Suíça.

ENERGIA

Uma vez que chegaram a bom termo as negociações efectuadas entre a EDP (Electricidade de Portugal) e a França, para a importação de energia eléctrica, o ministro Walter Rosa pode afirmar que «salvo qualquer situação anormal, até ao fim do ano, não haverá mais cortes de energia». Acrescenta-se que Portugal importou nos primeiros 6 meses deste ano quase 700 mil contos (ou seja mais de 1000 milhões de KWH de energia eléctrica), valor muito superior ao do ano passado. Contudo, apesar disto e de ter entrado em funcionamento o 6.º grupo gerador da central do Carregado (potência de 125 MW), a «situação continua a ser preocupante», a menos que comece a chover bastante. Neste momento procura-se assegurar a reactivação de um grupo da central da Tapada do Outeiro e a entrada em funcionamento de 2 novos geradores, com turbinas a gás, na central do Alto da Mira, perto de Lisboa. A segurança quanto ao abastecimento de energia será maior quando no final deste mês, for inaugurada a nova linha de ligação a França.

MÁRIO SOARES GALARDOADO PELA LIGA INTERNACIONAL DOS DIREITOS DO HOMEM

Considerado como a personalidade que ao longo do ano em curso mais firmeza e coragem demonstrou na defesa dos direitos humanos, Mário Soares vai ser galardoado pela Liga Internacional dos Direitos do Homem.

A cerimónia de entrega deste galardão — que terá lugar provavelmente em 10 de Dezembro (Dia dos Direitos do Homem) na sede da Liga, em Nova Iorque — assistirão altos funcionários das Nações Unidas e dos governos signatários da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Entre as personalidades já galardoadas por esta instituição contam-se U Thant, Andrei Sakarov, Roger Baldwin e Mstislav Rostropovich.



O «PROCESSO DAS BOMBAS»

Está praticamente concluída a primeira fase da actuação da Polícia Judiciária (PJ), no Porto, contra os autores de inúmeros atentados à bomba, no chamado «processo das bombas».

Por agora, registam-se os seguintes factos:

— *prisão em Caxias*, sob a alçada do foro militar, de 16 elementos da rede, a saber: António Júlio Regadas (agente da PJ), Joaquim Ferreira Torres (industrial), Abílio de Oliveira (comendador), António Carlos Rangel (trabalhador da EFACEC), Ramiro M. R. Moreira (apontado como «cérebro operacional» da rede), Manuel R. Teixeira Gomes (desempregado, que reconheceu publicamente pertencer ao MDLP), Luís M. de Jesus Vieira (ex-proprietário do restaurante «Pelintrá» da Póvoa de Varzim), Gonçalo Gonçalves Martins (funcionário do Tribunal do Trabalho do Porto) e José Manuel Gomes da Costa.

— *A sua implicação nos seguintes atentados bombistas:* embai-

xada de Cuba, São Martinho do Campo, radar das torres do aeroporto de Lisboa, Avenida da Liberdade, Cooperativa «Árvore» do Porto, Faculdade de Economia do Porto, Câmara Municipal de Vila Real, inúmeros atentados em Braga, bomba num barco soviético no porto de Leixões, Torre de Vialonga e muitos outros contra viaturas e residência.

— *A prisão do major Mota Freitas*, comandante da PSP do Porto.

— *Descoberta de algum material de guerra* no lugar de Cabeda (zona de Ermesinde) e em Viana do Castelo.

Presume-se que este grupo estava directa ou indirectamente vinculado ao MDLP (Movimento Democrático de Libertação de Portugal) através de alguns dos seus elementos e que, por isso, a rede dos «comprometidos» neste caso seja muito mais ampla, atingindo eventualmente outras esferas polí-

ticas, e alguns militares que se encontram na clandestinidade desde o «11 de Março». Como não se conhece ainda a extensão do MDLP — movimento clandestino que actuava a partir de Espanha contra o nosso país — é impossível por agora saber até onde chega a rede terrorista, e quais serão as «últimas consequências» de que falou o coronel Ramos (director da PJM).

ENTRETANTO... SPÍNOLA REGRESSOU

Verificou-se entretanto, o regresso ao País, vindo do Brasil, via Nova Iorque, do ex-general António de Spínola. Na altura, o Estado-Maior do Exército, em comunicado, dizia que Spínola fora conduzido ao Forte de Caxias, onde esteve ao dispor das autoridades militares. O ex-general foi depois libertado, na madrugada do dia 12 de Agosto, uma vez que o juiz instrutor da PJM emitiu um mandato de soltura «por ter considerado que à falta de indi-

cios suficientes de culpabilidade deveria, nos termos da lei, ser restituído à liberdade».

Vários partidos se pronunciaram contra o regresso do ex-general (PCP, UDP, MES, PRP, PCP(r), e LCI) e realizaram-se manifestações em todo o País, repudiando a sua libertação.

António de Spínola continua em «liberdade plena» a aguardar o resultado das investigações sobre o processo do «11 de Março» e

sobre as suas eventuais ligações com organizações terroristas, particularmente quanto a uma aludida aquisição de material de guerra para o MDLP, movimento de que se afirmou o chefe, em depoimentos publicados na imprensa nacional e estrangeira.

Ultimamente, o general graduado Vasco Lourenço, na Venezuela, afirmou: «Spínola não tem outro futuro político em Portugal que não a prisão».

notícias breves

VALE DO VOUGA: UMA ESPERANÇA

Encontra-se na fase final de elaboração o projecto de aproveitamento do Vale do Vouga, destinado a criar um novo centro de fornecimento de energia eléctrica no país, a abastecer de água as populações e indústrias implantadas na bacia do Vouga e a canalizar água para rega de quase 50 mil hectares de terras cultivadas da região.

Prevê-se a construção de 4 barragens: em Ribeiradio (para produção de energia e fornecimento de água potável à cidade de Aveiro), em Antuã (para rega de 11 mil hectares), em Rio Covo e em Marnel (estas duas para regarem 5 mil hectares).

Com estes melhoramentos espera-se alcançar um aumento anual da produção de leite e de carne na ordem dos 21 milhões de litros e litros e 1300 toneladas, respectivamente.

3 MIL VAGÕES PARA A CP

Foi já assinado, entre a CP e a METALSINES o contrato de construção de 3 mil vagões (valor de 3 milhões de contos), destinados a substituir parte dos 5 mil existentes, muitos dos quais com mais de 40 anos.

Os vagões encomendados, incluídos no programa de reorganização da CP que exige um investimento de 40 milhões, serão entregues ao longo dos próximos 5 anos e destinam-se ao transporte de combustíveis, minérios (das minas de Moncorvo), cereais, adubos, cimentos e balastro.

AÇORES E MADEIRA

ÓRGÃOS DE SOBERANIA E GOVERNOS CONSTITUÍDOS

Anunciada a constituição do Governo Regional da Madeira, encontram-se finalmente formados os órgãos de soberania nas Ilhas Adjacentes. Os dois Governos são formados por personalidades locais pertencentes ao Partido Popular Democrático, como resultado da sua vitória nas eleições de 27 de Junho passado. Indicamos a seguir a sua constituição, bem como os nomes das personalidades que preenchem os mais altos cargos administrativos e militares naqueles territórios portugueses autónomos.

AÇORES

Ministro da República — General Galvão de Figueiredo
Presidente da Assembleia Regional — Dr. Álvaro Monjardino
Comandante da Região Militar — Brigadeiro Ferreira de Lemos,

GOVERNO

Presidência — Dr. Mota Amaral

Secretários

Economia e Finanças — Raul Gomes dos Santos
Trabalho — António Lagarto
Comércio e Indústria — Eng. António Manuel Medeiros Ferreira
Equipamento Social — Eng. Bernardo Pacheco Rodrigues
Assuntos Políticos — Dr. Melo Alves
Educação — Dr. Jorge Reis Leite
Assuntos Sociais — Dr. Rui Mesquita
Agricultura e Pescas — Eng. Germano Domingues
Transportes, Comunicação e Turismo — José Pacheco de Almeida

MADEIRA

Ministro da República — Coronel Lino Miguel
Presidente da Assembleia Regional — Dr. Emanuel Nascimento dos Santos Rodrigues
Comandante da Região Militar — Brigadeiro Duarte Silva

GOVERNO

Presidência — Eng. Ornelas Camacho

Secretários

Planeamento, Finanças e Comércio — Dr. José António Camacho
Agricultura, Indústria e Pescas — Eng. Manuel Alegria
Trabalho — Manuel Bazenga Marques
Equipamento Social, Comunicações e Transportes — Eng. Gonçalo Nuno Araújo
Educação e Cultura — Dr.ª Margarida Neves da Costa
Assuntos Sociais e Saúde — Dr. Nélcio Ferraz

5 DE OUTUBRO DE 1910

VIVA A REPÚBLICA!

No fim do século XX a monarquia portuguesa debatia-se com difíceis problemas económico-financeiros. A criação, pelo rei D. Carlos, de um ministério dotado de poderes ditatoriais, provocou violenta reacção em quase todos os sectores da vida nacional, e acabou por conduzir ao assassinio do monarca, em 1908.

A implantação da República tem antecedentes nas ideias socialistas divulgadas por Antero de Quental e Oliveira Martins e no republicanismo de Teófilo Braga e outros intelectuais. A propaganda republicana — em que tomaram parte tribunos, parlamentares, escritores, jornalistas e professores — teve eco no descontentamento popular que crescia dia-a-dia mercê dos erros da política e da administração monárquicas, caracterizadas pela corrupção e pela incompetência.

A partir daqui, e quer pela pouca popularidade do regime entre as classes menos favorecidas, quer ainda pela crescente influência da ideologia revolucionária francesa, que apesar de seve-

ramente reprimida conseguiu alastrar-se por todo o País, iniciou-se a derrocada da monarquia.

A 1 hora da madrugada de 4 de Outubro de 1910 a revolução saiu para a rua em Lisboa. Os seus dois principais chefes, dr. Miguel Bombarda e almirante Cândido dos Reis, tiveram morte trágica. O dr. Bombarda, psiquiatra de fama europeia, foi assassinado na manhã do dia 3 por um alienado que tratara, um tenente do exército. O almirante Reis suicidou-se pouco depois da eclosão do movimento, ao que se supõe por se ter convencido que a revolução fora vencida logo no começo, cabendo-lhe toda a responsabilidade da derrota.

Apesar destes desaires, no dia 5 era proclamada a República, depois de pouco mais de 30 horas de luta armada em Lisboa, sem que em nenhum outro local se tivesse manifestado a mais leve resistência. O Governo Provisório, proclamado no mesmo dia, era chefiado por Teófilo Braga, figura

destacada das Letras portuguesas. O Presidente da República, Manuel de Arriaga, viria a ser eleito em 24 de Agosto de 1911.

Pode-se afirmar que ninguém aparecerá para se bater com firme convicção pela sobrevivência da monarquia. Apenas o Grupo das Baterias de Artilharia a Cavalos, de Queluz, sob o comando do capitão Paiva Couceiro, lutara convictamente em defesa das instituições monárquicas. Embora se tratasse de um núcleo militar muito reduzido, ainda chegou a pôr em grave perigo as posições republicanas da Rotunda durante as duas mais vigorosas arremetidas que lançou contra elas.

Implantada sem oposição que a pudesse impugnar, a República Portuguesa adquiriu desde logo a autoridade e o prestígio de legítimo regime político nacional. Pela larga participação do povo e pelas patentes dos elementos militares que a dirigiram e sustentaram, a revolução republicana, no

REVISTA ANTI-MODERNA, ANTI-LIBERAL, ANTI-DEMOCRÁTICA, ANTI-BURGUESA E ANTI-BOLCHEVISTA

ORDEM NOVA

CONTRA-REVOLUCIONÁRIA; REACCIÓNÁRIA; CATÓLICA, APOSTÓLICA E ROMANA; MONÁRQUICA, INTOLERANTE E INTRANSIGENTE; INSOLIDÁRIA COM ESCRITORES, JORNALISTAS E QUAISQUER PROFISSIONAIS DAS LETRAS DAS ARTES E DA IMPRENSA

Ano I

Volume I

LISBOA
1920

O período de vigência da República foi marcado por uma intensa actividade da imprensa noticiosa e de opinião, bem como de revistas doutrinárias das forças em presença. Uma destas forças o **Integralismo Lusitano**, — contrária ao liberalismo e à democracia — teve como órgão a «Ordem Nova». O pensamento político do seu director (Marcelo Caetano) e a orientação geral da revista, estão bem patentes na capa do seu primeiro número (à esquerda).

Por seu turno, a «Seara Nova» assumiu o principal papel no combate ao Integralismo, com a publicação dos célebres artigos de Raul Proença. Foi notável o seu trabalho de doutrinação em favor de uma política de grandeza nacional, concentrando-se na luta contra a corrupção e os monopólios. Continuará a publicar-se, com algumas interrupções, depois de 1926, vindo a perder gradualmente o seu valor e encontrando-se hoje totalmente afastada dos princípios que lhe deram vida (à direita, capa do primeiro número, em 1921).



momento dramático da sua eclosão, foi um movimento nitidamente popular que logo se transformou em movimento nacional.

No entanto, logo no início o novo regime enfrentou graves problemas de fundo, a contrastar com a adesão e entusiasmo popular.

Na fase final da propaganda anti-monárquica desenharam-se nas fileiras do Partido Republicano e entre os seus dirigentes mais escutados, duas correntes de ideias sobre a forma de governar o País quando a República fosse implantada. Segundo uns, aquele partido devia exercer uma ditadura revolucionária suficientemente prolongada para estabelecer, em bases sólidas, os princípios de acção que permitissem remover os destroços acumulados pela agonia do constitucionalismo monárquico em todos os domínios da política e da administração; entendia, porém, o maior número que a ditadura revolucionária devia ser encurtada e os vencedores deviam fazer regressar o País à normalidade, elegendo-se uma Assembleia Constituinte para elaborar, sem demora, a Constituição e procedendo o Governo Provisório apenas às reformas mais urgentes. Foi a segunda corrente que triunfou e do seu triunfo resultou o afastamento voluntário de Basílio Teles e dos que como ele eram partidários de uma prolongada ditadura revolucionária. Sobre o mandato dessa ditadura elaborou Basílio Teles um minucioso trabalho, tornado público em seguida à vitória da revolução, e ao qual pôs o título «Ditadura, Regime Revolucionário». O autor enviou um exemplar desse trabalho ao Governo Provisório, endereçado ao seu Presidente, Teófilo Braga, que o pôs de parte, pois sempre se mostrara adverso a tal solução do problema político e do caminho a seguir depois da vitória da revolução.

Apesar destas dificuldades, o regime consegue promulgar (em 1911) uma nova Constituição Política e dotar o País de uma legislação que revolucionaria sectores importantes da vida social, política e religiosa, tendo neste último domínio provocado viva reacção eclesiástica.

Em dezasseis anos de governação predominam, no entanto, a instabilidade provocada por sucessivos golpes militares das oposições políticas e partidárias e a agitação social das massas populares mais afectadas pela não resolução dos problemas económicos e financeiros dos Países.

Ao longo deste período, Portugal conheceu nada menos que 45 Governos e inúmeras tentativas de derrube

do regime (pode dizer-se que houve apenas — entre 1921 e 1925 — um período de relativa calma). As cisões e o declínio do Partido Republicano, aliados à imaturidade política e falta de autoridade dos governos — alguns dos quais não chegaram a durar mais de 48 horas — provocaram a completa desorganização do País.

Com o pretexto de restabelecer a ordem política e criar um governo forte, em 28 de Maio de 1926 é desen-

cadeado em Braga um movimento militar de tendência conservadora chefiado pelo general Gomes da Costa, iniciando-se então a longa ditadura que se prolongou até ao derrube de Américo Tomás e Marcelo Caetano, em 25 de Abril de 1974.

Compilação tendo como base as seguintes obras: «História Política da I República (David Ferreira — Livros Horizonte); «História da I República» (Carlos Ferrão — Editora Terra Livre).

GENERAL RAMALHO EANES:

«NÃO É ADMISSÍVEL A PERSISTÊNCIA DO OPORTUNISMO»

O aniversário da proclamação da República foi festejado em todo o País com manifestações de grande participação popular.

Na presença de muitos militares intervenientes na revolução de 25 de Abril, o capitão Sarmento Pimentel — figura destacada do movimento de 5 de Outubro de 1910 — hasteou a bandeira portuguesa no mastro da Câmara Municipal de Lisboa. Usaram da palavra nesta cerimónia várias individualidades civis e militares, bem como o Presidente da República, General Ramalho Eanes. Do seu importante discurso, destacamos:

«Em 25 de Abril de 1974 recomeçamos a experiência democrática a que o golpe militar de 1926 pusera termo.

Neste dia em que celebramos a implantação da República será ajustado que meditemos nas razões das suas contradições, nas raízes da sua vida agitada, nas determinantes do seu ocaso violento.

Atribuir às forças antidemocráticas o derrube dos regimes democráticos é juízo certo e fácil.

Reflectir nos erros que favoreceram a acção de tais forças e asseguraram o seu êxito é exercício imperativo para transformar as promessas de sempre em realidades de hoje.

A República de Outubro como a República de Abril herdaram dos regimes que derrubaram uma organização administrativa incapaz de responder às necessidades crescentes de intervenção do Estado na vida económica e social.

A criação duma estrutura administrativa sólida e eficaz, honesta e competente é condição necessária ao êxito das reformas que é inadiável empreender.

A I República não resistiu, contudo, à tentação de fazer dos lugares da administração pública ou empresarial um meio de aumentar a clientela política dos partidos do Poder.

A II República enfrenta o desafio de tomar a administração num instrumento qualificado de intervenção do Estado ao serviço dos cidadãos.

Não se pode aceitar por mais tempo a dominação de sectores estratégicos da vida do País, por forças políticas mais empenhadas em atingir objectivos meramente partidários do que em promover o serviço colectivo.

Não é admissível a persistência do oportunismo que vem abolindo de forma sistemática os critérios de recrutamento e selecção de promoção e distinção, pelos quais se avalia o mérito e se consagra a competência.

É preciso que fique claro que se não se puser termo:

A desagregação dos serviços públicos;

A sua instrumentalização por organizações políticas;

A corrupção que se manifesta em total impunidade;

A incompetência que se tem generalizado a todos os níveis;

A existência de instituições de que ninguém conhece utilidade ou qualquer contributo.

Se não se puser termo a estas situações, sublinho, seremos responsáveis por ter posto em causa um dos alicerces em que assenta a sociedade democrática.»

MESA-REDONDA NA GUARDA

OS EMIGRANTES, A EDUCAÇÃO DOS FILHOS E OUTROS PROBLEMAS

A emigração provoca os mais variados e complexos problemas humanos. O afastamento do principal responsável (na grande maioria dos casos) pelo sustento do agregado familiar, desencadeia toda uma série de desajustamentos, dos quais resultam invariavelmente profundas alterações no comportamento dos indivíduos no futuro, e sendo de um modo geral os filhos os mais afectados. A educação dos filhos dos emigrantes, bem como outras questões — de não menos interesse — emergentes da problemática emigratória, foram tema para uma «mesa-redonda» mais ou menos imprevista.

Num café da cidade da Guarda, depois do trabalho, convidámos um pequeno grupo de filhos de emigrantes para conversarmos um pouco, acerca da sua experiência, do que pensavam do facto dos pais terem sido forçados a emigrar, do que tinham passado em razão disso... Durante mais de 2 horas, foram abordados muitos problemas: o afastamento dos pais, o isolamento, a falta de condições nas aldeias, o ensino nas escolas e o mais que o leitor poderá ler a seguir.

Tomaram parte nessa conversa: ALVARO, de 21 anos, natural de Vale de Espinho, estudante; ARMÉNIO, de 20 anos, de Belmonte, professor primário; JOSÉ MANUEL, de 18 anos, de Vale de Espinho, estudante; LUÍS MANUEL, de 18 anos, de Fiães; JOSÉ DOMINGOS, de 19 anos, da Torre, Sabugal; JOSÉ AFONSO, de Vale de Espinho, a trabalhar em Paris, há 18 anos e LUÍS FONSECA, de 26 anos, operário.

Redactor — Como vocês são todos filhos de emigrantes, têm com certeza muitas coisas a contar acerca da vossa experiência, do que passaram nestes anos. Até porque alguns de vós têm passado alguns meses na França ou na Alemanha, com os vossos pais...

Álvaro — Eu o que tenho a dizer da França, na altura em que lá cheguei era miúdo, portanto tomei a estadia num sentido diferente do que agora posso tomar. Naquela altura não atingia aquele grau que hoje posso atingir, ainda não compreendia a vida como agora. Tinha 9 anos... via que

aquilo era totalmente diferente do país em que eu estava acostumado a viver, onde fui criado, mas não compreendia nada... Só agora, por vezes vou lá passar férias, é que já comecei a notar as diferenças e transformações deste país em relação a França. É que eu, agora, até prefiro viver lá mais do que propriamente aqui... Estou mesmo a gostar mais de França do que do meu país, na medida em que chega-se ali, vê-se um ambiente diferente... não haja dúvida, há condições mais favoráveis ao indivíduo, que aqui não podemos encontrar. E, sei lá, muito mais coisas...

Redactor — Segundo vocês, porque é que os portugueses emigram?

Álvaro — São obrigados a emigrar. Aqui não têm condições de vida e procuram nalgum país estrangeiro, ganhar a sua vida, uma vez que de momento aqui não conseguem...

J. Afonso — Eu emigrei por não ter em Portugal a vida para sustento da minha família e em França sempre tive uma maneira de viver, para sustento dos meus filhos. Eu já há 18 anos que emigrei, penso ficar mais 2 ou 3 anos, até que os filhos acabem de estudar e se coloquem...

Luís Manuel — Os meus pais emigraram porque o meio em que viviam não lhes dava o suficiente para viverem. As estruturas que regiam o país não davam para eles viverem... como agora... eles são obrigados, têm que emigrar porque não ganham cá o suficiente. Têm de procurar algum sítio onde possam sustentar melhor a família.

Redactor — O facto de os vossos pais terem emigrado, para vós, no aspecto de acompanhamento, foi bom ou foi mau? Vocês sentiram a falta dos vossos pais?

Arménio — Nesse aspecto posso dar uma achegazinha, já que sou professor e portanto já contactei muitíssimo com filhos de emigrantes, principalmente em Quadrazais, onde estive a dar aulas, no ano passado. E esse aspecto é para mim muito importante. Porque eu lidei com miúdos e miúdas das mais variadas idades, filhos de emigrantes e notei que a emigração se, por um lado, tem o seu aspecto positivo, é o caso de irem ganhar mais dinheiro, para sustentar a família, por outro lado, há as consequências e algumas delas terríveis, como seja por exemplo, a falta do pai e da mãe que se nota nos miúdos, tendo que ficar, por

exemplo com uma avó, portanto com uma pessoa que tem uma certa idade, que já não está na altura de compreender uma criança de 7 ou 10, 11, 12 anos. Depois acontece uma coisa muito curiosa e prejudicial: na falta do pai e da mãe, a criança confia de mais, talvez, e prende-se ao professor e à professora. Já não é o primeiro caso nem o segundo: quando nos vimos embora os miúdos ficam a chorar... Ou então acontece outra coisa ainda: um emigrante acabou por abandonar a mãe e a filha e a miúda mostrava uma certa simpatia pelo professor... Portanto creio que este problema é fundamental e merece muita atenção.

Redactor — Durante o Verão esses miúdos ficam abandonados, até Outubro? Na terra, na aldeia, não há mais nada para além da escola?

Arménio — Geralmente coincide o fecho das aulas com a vinda dos pais, em Agosto, para passar férias. O problema recomeça outra vez com o novo ano escolar, com a nova separação, que aliás vai custando cada vez menos, até que chega a uma altura, quando se vai para o liceu, e os pais caem no esquecimento, quase completo.

Redactor — Como é que vocês fazem para que as crianças sejam sensíveis ao problema da emigração para que estejam atentos aos pais que estão fora? Procuram que haja alguma ligação?

Arménio — Pela minha parte tento sempre, ao longo do ano lectivo, criar ocasiões propícias para fazer a união da família. Convém, quanto a mim, relembrar isso a propósito dos vários assuntos, durante o ano escolar e fomentar mesmo essa união. A propósito, há uma coisa com que se conta também: explorar o tempo que o miúdo vai passar a França com os pais. Às vezes até acontece ir passar um mês com os pais a França e depois vêm passar um mês com os pais aqui: Julho e Agosto. Esses 2 meses são os mais propícios... Mas não sei se 2 meses chegarão para cobrir um ano inteiro de separação...

Redactor — Na tua classe quantos alunos tinhas e desses quantos filhos de emigrantes?

Arménio — Este ano foi diferente e quase não tinha filhos de emigrantes, tinha apenas filhos de retornados: 13 ou 14, dos 26 alunos. Agora no ano passado 75 % ou 80 % eram filhos de emigrantes.

Redactor — Vocês, filhos de emigrantes, querem acrescentar alguma coisa mais, no que diz respeito ao isolamento-afastamento dos pais?

José Domingos — Acho que sim, que conta muito. No nosso caso tenho os pais em França, sou filho único e não tenho praticamente com que viver a não ser as pessoas estranhas, visto ter os pais longe... e acho que num ano uma pessoa os esquece totalmente e que 2 meses que lá vou passar, praticamente não dão para cobrir o ano todo. Noto isso...

Luís Manuel — Eu já estou desde pequeno habituado a viver sem pai. Meu pai abalou tinha eu 8 anos. Vem cá um ou 2 meses por ano; vivo com minha mãe e meus irmãos.

José Manuel — Eu, quanto a isso, tenho 18 anos. Meu pai já há 18 anos que está na França, portanto praticamente tenho vivido com ele só durante o mês de Agosto e vou lá passar férias de vez em quando.

Luís — No meu caso se o meu pai não emigra nunca podia estudar. Além disso também senti certos problemas, pois meu pai deixou-me com 8 anos e vivi isolado, sozinho e até hoje já me criei, também. Agora já não noto muito, mas naquela altura sentia, e era mesmo terrível para mim. Agora, pouco a pouco, passou e já me conformo...

José Domingos — Presentemente ainda a sociedade em que vivemos não nos dá condições...

Luís Miguel — Isto não pode acabar, numa sociedade capitalista, porque sabe-se que a Emigração é feita dos países capitalistas mais pobres para os mais ricos. Os mais ricos que dominam outro país, que obrigam as pessoas dum país mais pobre a emigrar para o país mais rico. Isso convém em parte aos que vão do país mais pobre para o país mais rico e ao país mais rico para explorar a mão-de-obra que vai do país mais pobre...

Luís Fonseca — É certo que eu nunca fui até França. Tenho cá estado sempre compreendia que a situação ou a vida que eu levei antes de ir para a tropa — que eu quando vim da tropa empreguei-me — era um bocado dura e na qual achava pouco rendimento!... Que eu trabalhava um Verão inteiro, para no fim do ano ter meia dúzia de contos. Onde a vida está mais mal ainda é na agricultura...

FEIRA DE S. MATEUS

A Feira de S. Mateus que decorreu todo o mês de Setembro, nesta cidade beirão, suscitou da parte de diversas entidades governamentais, um interesse particular; com a visita ao certame do secretário de Estado da Emigração, integrado no «Dia da Secretaria de Estado da Emigração» e mais tarde a visita do primeiro-ministro, Dr. Mário Soares.

Viseu e o seu distrito, têm na realidade um papel importante a desempenhar, a diversos títulos, no futuro económico do País — daí que toda a gama de visitas oficiais ou oficiosas ao certame, tenham um carácter de estudo para previsível relançamento económico da região.

Região de pequena e média propriedade agrícola, Viseu pretende reformular o desenvolvimento da sua exploração agropecuária por um lado, e por outro encontrar formas de escoamento dos produtos entretanto realizados. Neste contexto, o certame de S. Mateus abre um precedente ímpar, como *mostra*, ainda que na sua fase de arranque, de uma necessidade que se deduz urgente.

O desenvolvimento cooperativo que se pretende dar à região de Viseu, o escoamento dos seus produtos de que a Feira de S. Mateus constituiu um esboço, falamos desde já das transformações agropecuárias que se pretendem para todo o distrito. Ter conhecimento da realidade concreta, para aplicar medidas concretas, eis sem dúvida o objectivo de algumas visitas das entidades oficiais a esta S. Mateus/76. A situação da agricultura nacional, alterada pela Reforma Agrária nas zonas de grandes latifúndios, ficou praticamente no mesmo estado nas zonas de pequena e média propriedade, já

porque estas zonas não comportam as premissas sobre que se fundamenta a Reforma Agrária, já porque as soluções a encontrar têm de ser necessariamente mais particularistas, enveredando pelo incentivo ao cooperativismo, pelo apoio estatal, por uma auscultação àqueles agentes da economia local entretanto desamparados ao longo de 48 anos de administração fascista.

Nesta estrutura a região de Viseu se situa, e dentro dela e através dela deve ser vista.

A região é fortemente abalada pelo surto da emigração, factor que lhe vem retirando muitas das suas capacidades de trabalho, sendo por outro lado testemunho eloquente da situação de crise secular que tem vindo a atravessar no que se refere à falta de meios para empregar toda a sua popu-

lação activa. Herança pesada, sem dúvida, mas que o próprio certame de 76 assumiu de forma realista, como testemunho da vontade de alcançar outra posição no contexto nacional.

Neste contexto salientam-se a XVI Exposição-Concurso Pecuário nas espécies Bovina e Ovina; I Exposição-Feira de Avicultura e Cunicultura da Região Centro, integradas no programa da Feira. De salientar o importante papel que as actividades ligadas ao artesanato vieram a ocupar. O «Centro de Artesanato Beirão» tem vindo a desenvolver e a incentivar, com particular apoio, nalguns casos, da Junta Distrital de Viseu, as actividades artesanais que constituem motivo de merecido apreço além-fronteiras. Estiveram representados na Feira de S. Mateus os barros negros de Molelos e Ribolhos, os



barros vermelhos de Cabril e Pindo, os ferros forjados de Viseu, os tapetes de Tibaldinho, a tapeçaria de Figueiró, os delicados lavoures do Instituto de S. José, as rendas de bilros de Farminhão e Torre-deita e a cestaria de Nandufe, Penalva do Castelo. A Indústria de móveis, de estilo rústico, actividade de franco ascenso, viu-se mais uma vez promovida a lugar de destaque.

Região de grande actividade promissora, Viseu e seu distrito demonstraram nesta S. Mateus/76 as capacidades de relançamento económico de que é capaz, assim seja reorganizada a estrutura económica de acordo com o projecto de reconstrução nacional, assim surjam os necessários apoios e esclarecimentos das entidades competentes.

Dentro destas premissas, o recinto da Feira passou a dispor de alguns pavilhões de alvenaria, estando a sua utilização prevista para além do âmbito do certame, uma vez este chegado ao seu fim. Neste sentido são, sem dúvida, importantes as declarações que o responsável pela Comissão Municipal de Turismo, Jorge Teixeira, veio a fazer aos órgãos de imprensa:

«Penso estarem criadas as condições para que o espaço possa ser aproveitado ao longo de todo o ano para que outros acontecimentos e iniciativas aqui se desenrolem de modo a fazer a promoção da nossa terra e da nossa região no aspecto económico, social e cultural. Já é tempo de a nossa região deixar de ser subalternizada em relação a outras faixas do território porque estamos na hora de arrancar com força, convicção e sentido da responsabilidade».

Uma região que anseia pelo progresso económico, social e cultural, possível no tempo pós-25 de Abril e pós-25 de Novembro, mas mais que isso, uma região que apresenta desde já propostas concretas de organização, eis o que devemos reter na memória.



A participação de Carlos Lopes, Max, Hermínia Silva e Nicolau Bryner nas festas deste ano foi bem acolhida pela população viseense. Na foto, os dois primeiros recebem os cumprimentos de várias personalidades ligadas à organização dos festejos.

FEIRA DE S. MATEUS

DIA DA SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO

O programa da Feira de S. Mateus integrou um dia dedicado à Secretaria de Estado da Emigração, contando por esse motivo com a presença oficial do secretário de Estado da Emigração, dr. João Lima.

No dia 31 de Agosto a Comissão da Feira, presidida pelo eng.º Lino Moreira, actual presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da cidade, reuniu-se com os órgãos de informação locais — «Notícias de Viseu», «A Voz das Beiras», «Jornal da Beira» — correspondentes dos jornais diários de Lisboa e Porto e com a equipa de reportagem dos Serviços de Informação e Apoio Cultural da Secretaria de Estado da Emigração, integrando estes o departamento de cinema, radiodifusão e informação escrita (Revista «25 de Abril» e boletim «Portugal, Informação/Documentos»). Na reunião, realizada no auditório da Feira, foram explicados os trabalhos de renovação do certame entretanto levados a efeito, assim como a necessidade de a tornar cada vez mais representativa de todas as actividades económicas e culturais da região, dando para isso estruturas de futuro a alguns dos seus pavilhões, que entretanto do pré-fabrico em madeira, passaram para construções em alvenaria. Esta modificação pensa-se, em muito pode contribuir para desenvolver o património cultural da cidade, já que estes pavilhões, nomeadamente os destinados a exposições de arte ou outras, tem como objectivo funcionarem para além do âmbito da Feira com diversas mostras que se venham a realizar.

Durante a referida reunião e respondendo a uma pergunta formulada pelo nosso redactor sobre «se a ideia de dedicar um dia do programa da Feira à S. E. E. tem um carácter esporádico, ou se esse dia que, através da S. E. E., é dedicado ao Emigrante, constituia já por si uma iniciativa com intenções futuras e, previsivelmente, a ser organizado de modo que ultrapasse a mera «dedicatória», foi-lhe respondido, por um dos membros da Comissão da Feira, que o «Dia da Secretaria de Estado da Emigração», que de há dois anos se vem realizando, tem essa intenção de continuidade e, dentro das possibilidades futuras, a Feira de S. Mateus e com ela a sua Comissão organizadora, pretende que a presença do Emigrante seja afirmada doravante por mais iniciativas, até porque ao distrito cabem

elevados números do surto emigratório nacional.

O dia 4 de Setembro, dedicado à S. E. E., teve a assinalá-lo as seguintes actividades: Festival Internacional de Atletismo na pista do Estádio do Fontelo, com a participação do olímpico Carlos Lopes, natural de Vildemoinhos do concelho de Viseu, a quem foi entregue a medalha de ouro da cidade, assim como um espectáculo de variedades com a participação dos populares cançonetistas Hermínia Silva, Max e Nicolau Breyner. Estas manifestações contaram com a presença do secretário de Estado da Emigração, dr. João Lima que, ao que soubemos, teria dirigido convites a alguns destes artistas para actuarem em espectáculos futuros a organizar junto das comunidades portuguesas emigradas.



Figura muito estimada em Viseu (donde é natural), o Secretário de Estado da Emigração, dr. João Lima, esteve presente na feira de S. Mateus.

figuras que foram uma época

No prosseguimento desta rubrica e aproveitando a oportunidade deste trabalho dedicado à cidade de Viseu, voltamos hoje ao convívio do leitor, pela pena escorreita do mestre Aquilino Ribeiro, filho de Alhais, freguesia do concelho de Vila Nova de Paiva, onde o registo da Igreja local, com a data de 1885, diz ter sido baptizado aquele que da vida laboriosa do povo da Beira retirou a seiva fecunda que alimentou as suas obras.

O Juiz de Barreelas, talvez quase lenda, é pertença tradicional da Beira Alta, é fruto de uma época, é sinónimo do ditado popular: «voz do Povo, voz da razão».



Aquilino Ribeiro

A SENTENÇA DO JUIZ DE BARREELAS

O gosto da rima cria os anexins, os ditados, e até as lendas. Por consonância com a velha e cho-calhante palavra não se arranjou a história tão pitoresca do juiz de Barreelas, calçado de meias amarelas?!

Esta figura, com efeito, é um dos mitos epopaicos da terra, como S. Sebastião é a sua égide celestial. Como se justifica ali o juiz, quando Barreelas não passava dum curado da vila e concelho de Fráguas? O P. Manuel da Gama, que esca-bichou este e muitos outros problemas no seu livro tão sumarento de erudições e regionalismo **Terras do Alto Paiva**, é de parecer que havendo em Fráguas dois juizes — um deles podia ter residência em Barreelas.

Ora este juiz, certa noite que recolhia a casa, presenciou uma agressão à mão armada de que resultou morte de homem. Não pudera intervir e agora, na sua qualidade de julgador, não lhe cabia testemunhar. No dia seguinte, à voz de **aqui d'el-rei, homem morto**, foram prender um inimigo declarado da vítima, com quem tivera dares e tomares, e que em público e raso lhe jurara pela pele. Tudo, não só os antecedentes

como certas circunstâncias des-concertadoras, o apontava como assassino e o comprometia. Bem sabia o juiz que não fora ele, por isso, quando teve de lavar a sentença, fê-la de tomo que toda a gente ficou boquiaberta. Salomónica de forma, se bem que com os seus laivos de hermética, rezava assim:

**Vi e não vi; sei e não sei;
corra a água ao cimo; deite-se
o fogo à queimada; dê-se laço
em nó que não corra... Por
tudo isto e em face da plena
prova do processo constante,
condeno o réu na pena de
morte, mas dou-lhe cem anos
de espera para se arrepender
dos pecados. Cumpra-se. Juiz
de Barreelas.**

Tal veredicto causou na Relação do Porto a perplexidade duns e o gáudio estridente doutros. Notificou-se o Minos sertanejo a comparecer perante os corregedores divertidos ou intrigados. O meirinho, a cavalo de mula alquilada em Viseu, chegou a Barreelas à hora em que a população lidava nos campos. Foi, foi pela rua acima até que encontrou um homem que dobrava ao soalheiro uma meada de linho sentado no cabeçalho

dum carro. Apeou, prendeu a besta e foi direito a ele, atento à obra:

— Ó patrãozinho, faz-me favor: onde mora aqui o juiz de Barreelas?

O interpelado contemplou o forasteiro e, depois dum instante de reflexão, disse:

— Olhe, vá por essa rua acima; volte por ela abaixo. Onde vir um homem sentado no cabeçalho dum carro, a dobar numa dobadoira, calçado com meias amarelas, esse é o juiz de Barreelas.

O oficial da justiça caiu em si e dobrando a língua pronunciou:

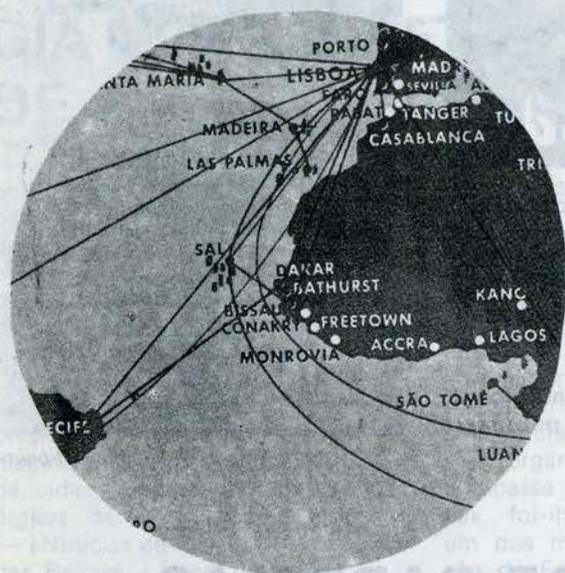
— É então V. S. o juiz de Barreelas?

— Assim o dizem por mar e terra.

O resto, comparência perante o areópago dos conspícuos desembargadores e leitura da enigmática sentença, é intuitivo ao entendimento.

Seja como for, este Édipo é a vinheta pitoresca da serra, de par com o **Malhadinhas**, almocreve das sete partidas — e melhor só na Grécia da Antiguidade.

«Geografia Sentimental»
Aquilino Ribeiro



PORTUGAL E O MUNDO

19.º MEMBRO DO CONSELHO DA EUROPA

Confirmado a estabilidade social e política adquirida depois dos acontecimentos de 25 de Novembro e os resultados positivos de uma intensa actividade diplomática, Portugal foi admitido no Conselho da Europa, tornando-se o seu 19.º membro.

A adesão de Portugal àquela organização europeia culmina uma longa série de acontecimentos que vão desde severas críticas — que a mesma nunca poupou — ao regime anterior, até às dúvidas quanto ao tipo de democracia que se pretendeu implantar no nosso País nas diversas fases do processo, no período compreendido entre Abril de 74 e Novembro de 75.

Ultrapassada a crise, Portugal viu novamente reunidas as condições de ingresso no contexto europeu. A reunião, em Estrasburgo (de 4 a 7 de Maio passado) da Assembleia Parlamentar do Con-

selho da Europa, incluiu na sua agenda de trabalhos a análise da situação portuguesa, bem como a sua possível filiação naquele organismo.

Desta reunião resultou o convite feito a Portugal para fazer parte do Conselho, tendo então o seu secretário-geral, Hahn-Ackermann, afirmado que «Portugal reúne hoje todas as condições». Por seu turno, Hans Dietrich Genscher, presidente do «Comité de Ministros dos 18», afirmaria que «Portugal é inteiramente bem vindo».

Ao mesmo tempo, o Conselho divulgava um extenso relatório — discutido pela Assembleia — em que se referiam pontos fundamentais da situação portuguesa, bem como resoluções daquele organismo no sentido da ajuda económica e de intensificação das relações.

Na sequência destes acontecimentos, em Agosto passado o governo português, através do ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. Medeiros Ferreira, comunicou àquela organização o desejo de Portugal ser convidado a tornar-se seu membro efectivo. Na carta que enviou ao secretário-geral do Conselho da Europa, o dr. Medeiros Ferreira sublinhou que «as instituições democráticas previstas na Constituição estão em pleno funcionamento e que, assim, as condições políticas existentes em Portugal satisfazem os critérios seguidos pelo Conselho». E acrescentava: «Creio que a presença de Portugal no próprio cerne das instituições europeias sublinhará a importância que o meu Governo concede à existência de uma Europa forte, unida e democrática, contribuindo deste modo para a cooperação dos povos e dos estados.»

Concluídas todas as formalidades burocráticas, a 22 de Setembro passado, Medeiros Ferreira está presente em Estrasburgo onde se regista o almejado acontecimento: membro de pleno direito, Portugal vê içada a sua bandeira na rede da organização. Pouco tempo antes o chefe da diplomacia portuguesa pronunciou um importante discurso, do qual destacamos:

«Portugal torna-se hoje o décimo nono membro do Conselho da Europa. Reafirma, assim, nas palavras do estatuto «a sua devoção aos valores espirituais e morais que constituem a herança comum dos povos europeus e a verdadeira fonte da liberdade individual, da liberdade política e da proeminência do direito, princípios em que se funda toda a verdadeira democracia. Menos do que ninguém serão os Portugueses tentados a tomar estas palavras de ânimo leve. A esses valores, a essa esperança, foram persistentemente fiéis durante 50 anos de ditadura.

Por eles se bateram nos últimos dois anos, sem hesitação e sem dúvidas. Por eles se bateriam de novo contra qualquer ordem nova que se pretendesse fazer à sua custa. Se, depois de meio século de exílio e isolamento Portugal volta por fim oficialmente à convivência com a Europa, não é por expediente temporário, nem por um acaso político que possa ser invertido ou anulado, mas porque esse acto exprime a consciência do nosso destino histórico.

Vimos, em suma, com a firme determinação de ficar, ou seja, de viver segundo os valores, que mesmo na adversidade nunca negámos e que os melhores de entre nós sustentaram com o sofrimento e, às vezes, com a vida.

«O regresso de Portugal às suas raízes continentais nesta altura da sua História tem um significado particular, que não nos diz apenas

respeito. Fomos o primeiro país europeu a formar um império mundial. Somos o último a abandoná-lo e a recolher às fronteiras primitivas. Contudo, Portugal não foi a única nação europeia a afirmar a sua identidade contra a Europa, em lugar de a afirmar na Europa. As lusas ilusões limitaram-se a ser mais tenazes conduzidas por um regime ditatorial e opressivo apenas preocupado com a sua subsistência. Já depois da descolonização se sonhou em Portugal com um papel privilegiado no Mundo, que continuasse o império por outros meios, nos distinguisse e, isolando-nos, nos defendesse. Mas, por um lado, como nação, Portugal não precisa para subsistir de erguer muralhas à volta. Conservámos a nossa independência durante oito séculos, resistindo a todos os poderes e influências que tentaram destruir-nos. E, por outro, a Europa, que unificou a terra, descobre-se agora, quando refluíu aos seus limites originais, no seu carácter específico e no milagre que a sua civilização — tenho dito e redito — representa ainda na história da humanidade. O seu movimento para a unificação — qualquer que venha a ser a respectiva forma — é assim inevitável e Portugal não podia — ou não devia — manter-se à margem dele. A emancipação dos povos da Guiné, Cabo Verde, S. Tomé, Moçambique e Angola não marcou apenas o fim do império colonial português.

Foi também o último acto da expansão europeia no mundo. E, por isso, a nossa presença aqui é duplamente importante: para nós e para a Europa.

Daqui por diante, a influência europeia no mundo deve caracterizar-se também pela solidariedade e pela fraternidade. E necessário que os povos, infelizmente ainda passíveis de serem oprimidos, saibam que podem contar com os países europeus na obra de emancipação comum.»

«NÃO ESQUECEREMOS O APOIO DA EUROPA À DEMOCRACIA PORTUGUESA»

«Ao aderir a este Conselho — disse Medeiros Ferreira — Portugal deseja declarar solenemente o seu interesse numa união mais estreita entre os Estados membros e, nos termos do estatuto, oferece a sua colaboração «sincera e efectiva» para que esse objectivo seja conseguido. Para nós, este é o primeiro passo de uma longo caminho que nos conduzirá a fazer parte de uma comunidade de nações cada vez mais sólida, próspera, livre e forte. Sabemos que o caminho nem é curto, nem é fácil. E que exigirá de Portugal, que veio tarde e passou por algumas experiências trágicas, um especial esforço e uma especial determinação. Estamos certos que o progressivo estreitamento das nossas relações políticas e económicas com a Europa em nada nos diminuirá.»

Não perderemos nem a nossa individualidade, nem a nossa independência; nem teremos de abdicar de nenhuma das nossas esperanças. Pelo contrário, seremos tanto mais portugueses quanto mais formos europeus — e estamos, quero sublinhá-lo, bem conscientes que sermos europeus é a única maneira que temos de continuarmos portugueses.

Não devemos, porém, considerar a cerimónia de hoje como o princípio absoluto do regresso de Portugal ao convívio da Europa. Não esqueceremos tão cedo o apoio e auxílio que a democracia portuguesa recebeu, depois da Revolução de Abril. E, mesmo antes, muitos dos que recusaram render-se à ditadura de Salazar de Caetano encontraram na Europa o abrigo, a liberdade e a possibilidade de viver que nos haviam sido negados na nossa terra. E nem isso é o principal.

**«A FACE VISÍVEL DO PAÍS
E OPEROU UMA REVOLUÇÃO
POLÍTICA PROFUNDA»**

Enquanto o antigo regime conduzia o País à aventura africana, desde logo denunciada pelas forças democráticas como eminentemente opressora dos povos, mais de um milhão de portugueses emigrava para a Europa e todos os anos milhões de turistas europeus desciam a Portugal. A longo prazo, e se não houvesse outras razões, este intercâmbio de pessoas teria bastado para condenar a ditadura.

O turismo rompeu com velhos hábitos e deu a conhecer um mundo diferente em que as pessoas viviam melhor, mais iguais e mais felizes. A emigração mudou a face visível do País, e operou uma revolução política e profunda.

Nas férias, os emigrantes voltavam. Em centenas, em milhares, nas aldeias mais pobres e esquecidas, a sua aparição valeu por um século de propaganda. Foram os trabalhadores de Portugal, quem criaram, antes do Estado, e, até contra o regime ditatorial, os laços de uma solidariedade de facto entre a Nação Portuguesa e a Europa. Aos políticos cabe agora reconhecê-la, formalizá-la e promovê-la.

A presença de mais de um milhão de portugueses, espalhados por vários países da Europa é, sem sombra de dúvida, um dos factores mais poderosos do nosso contributo à construção europeia. O meu Governo tem como preocupação central a sorte desses portugueses e tudo fará para que os valores que aqui nos unem os abranjam na sua vida quotidiana.»



«A presença de mais de um milhão de portugueses, espalhados por vários países da Europa é, sem sombra de dúvida, um dos factores mais poderosos do nosso contributo à construção europeia.»

AJUDA DA C. E. E.

Um dia antes da sua presença em Estrasburgo, Medeiros Ferreira assinou em Bruxelas dois protocolos adicionais ao acordo de comércio livre, no prolongamento do auxílio de emergência concedido ao nosso País pela C. E. E., em Outubro do ano passado.

O segundo dá continuidade ao a melhorar o acordo na esfera comercial, e alargá-lo a novas áreas, tais como a cooperação económica, do trabalho e segurança social. O segundo da continuidade ao auxílio concedido pela C. E. E. em 1975, e estabelece condições à cooperação financeira entre a comunidade e Portugal. As revisões do acordo de 1972, que foram negociadas durante o ano findo, incluem:

Um programa de assistência financeira por cinco anos, no valor de 230 milhões de dólares.

Acesso mais fácil dos produtos industriais e agrícolas portugueses à C. E. E.

Maior protecção para as indústrias portuguesas contra a concorrência dos produtos da comunidade.

Melhores condições para os emigrantes portugueses que trabalham nos países da C. E. E.

Medeiros Ferreira, anunciou posteriormente, numa conferência de Imprensa, que o dr. Mário Soares, se deslocaria a capitais da C. E. E. antes do fim do ano, para discutir a questão da entrada de Portugal.

Entretanto e quanto à admissão de Portugal na C. E. E. pouco ou nada se adiantou. O próprio ministro dos Negócios Estrangeiros holandês, Max Van der Stoep, no discurso que proferiu no decorrer da cerimónia da assinatura dos protocolos, em nome dos nove

membros do Euromercado, não fez qualquer referência à possível admissão de Portugal. Círculos bem informado asseguram que os «nove» ainda não estão de acordo quanto à maneira de reagir a um pedido de admissão de Portugal. Vários estados membros acham que a economia portuguesa é demasiado fraca para aguentar, a curto prazo, o impacto de um ingresso em plenitude de direitos.

Por seu turno, o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Anthony Crosland, disse pensar que o pedido de admissão de Lisboa poderá ser formulado em Dezembro ou Janeiro, depois da volta do dr. Mário Soares pelas capitais da Comunidade, e afirmou que a Inglaterra apoia totalmente os esforços de Portugal para a sua integração no Mercado Comum.

ACORDO COMERCIAL COM CUBA

Portugal vai importar de Cuba, além de açúcar, algodão para a indústria conserveira, tabaco, minérios de cobre e níquel e mel, propondo em troca àquele país exportações em que ele está interessado: produtos metalomecânicos, fertilizantes, papel, máquinas-ferramenta, construção e reparação naval e vinhos. O correspondente acordo comercial, assinado entre os dois países e subscrito respectivamente pelo secretário de Estado do Comércio Externo, dr. António Celeste e pelo vice-ministro dos Negócios Estrangeiros cubano, Ricardo Cabrisas, é o primeiro passo formal para a intensificação das relações comerciais entre Portugal e Cuba, até agora quase que circunscritas às nossas importações de açúcar.

O acordo agora assinado prevê a criação de uma comissão mista, que reunirá obrigatoriamente uma vez por ano, para análise e correcção do andamento das trocas comerciais entre as duas partes, devendo a primeira destas reuniões realizar-se em Havana, em meados do próximo ano.

Tanto o vice-ministro cubano como o secretário de Estado português salientaram a importância do documento assinado e o seu desejo de intensificar as relações entre os seus países, diversificando os seus mercados respectivos e aumentando as suas trocas.

Ricardo Cabrisas confirmou o interesse do seu país por alguns dos produtos constantes da lista

portuguesa, nomeadamente os produtos químicos, os fertilizantes, o papel, e as máquinas-ferramentas. O dr. António Celeste, por seu turno, salientou que o acordo representava mais um passo na concretização da política de diversificação de mercados, preconizada pelo Governo socialista, e acrescentou que está prevista a colocação de produtos portugueses, nos passos que se seguem a este acordo, na Venezuela, no Brasil, Costa do Marfim, Senegal, Índia, Angola e Moçambique.

Está ainda prevista no acordo assinado com Cuba a instalação de uma fábrica de antibióticos em Cuba, operação que se encontrava já a ser negociada com um empresário privado português.

PORTUGAL NÃO RECONHECE A INTEGRAÇÃO DE TIMOR NA INDONÉSIA

Na O. N. U., a «Comissão dos 24» (descolonização) reabriu o debate sobre Timor-Leste, a antiga colónia portuguesa agora integrada na Indonésia. Esta comissão, assim como a Assembleia-Geral da O. N. U. e o Conselho de Segurança da organização, aprovou moções segundo as quais deveria ser dado ao povo de Timor a oportunidade de escolher o seu futuro político, e mantém o problema de Timor-Leste nas suas respectivas agendas, mesmo depois da integração.

A Indonésia tem insistido sempre em que o povo de Timor exerceu, de facto, o seu direito de autodeterminação no dia 31 de Maio, quando uma assembleia representativa do povo proclamou a integração.

Discursando, ontem, perante a Comissão, o embaixador português, António da Costa Lobo, afirmou que Portugal não reconhece a integração do território na Indonésia.

O Governo português — sublinhou — apoiou a autodeterminação de Timor-Leste e entende que as Nações Unidas devem continuar a ocupar-se do problema. O representante português disse ainda que Portugal não pode, nas circunstâncias actuais, continuar a fornecer informações sobre Timor-Leste às Nações Unidas.

Entretanto, em resposta às acusações formuladas contra Portugal, e em particular ao general Moraes da Silva, contidas numa notícia publicada pelo jornal das Forças Armadas da Indonésia, o dr. Medeiros Ferreira afirmou que nenhuma entidade mandatada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros ou de qualquer outra maneira representando o Governo Português, se comprometeu ao reconhecimento ou possível reconhecimento da integração de Timor na Indonésia». E acrescentou: «Portugal pensa realmente que o problema de Timor diz respeito, neste momento às Nações Unidas, e estamos dispostos, digamos, a aceitar um consenso que se venha a verificar nas Nações Unidas, desde que esse consenso respeite os princípios da nossa descolonização».



Refugiados de Timor desembarcam em Lisboa.

EMISSÕES DE RÁDIO PARA PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO

RÁDIO LIBERDADE

Através do seu rádio em onda curta pode estar sempre bem informado acerca do que se passa no nosso País. E é importante saber as notícias da sua terra, da sua região, conhecer as transformações que se vão operando... para amanhã, quando voltar a Portugal, não se sentir longe dos seus. Oíça as notícias do País.

Horário de emissão — de segunda a sábado, das 20 às 21 h.
ao domingo, entre as 12 e as 13 h.

Banda — onda curta (SW)

Cóprimento de onda — de segunda a sábado, em 31 014 metro
aos domingos, em 49 metros

Noticiários:

Regional e Nacional — de segunda a sábado, às 20.15 h.

Estrangeiro e Desporto — de segunda a sábado, às 20.30 h.

Há ainda:

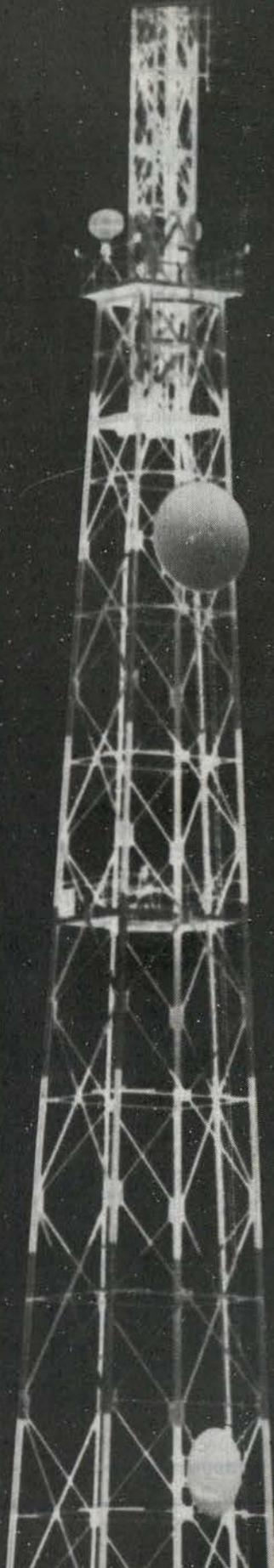
Revista da semana — aos domingos, às 12.30 h.

Um programa infantil — aos domingos, às 12.15 h.

Um programa de higiene alimentar — às sextas, às 20.15 h.

e um **suplemento** que é um resumo do que se passa no dia-a-dia.

Entre as rubricas e os noticiários, transmite-se diariamente música portuguesa, alternada com informações técnicas da S.E.E. e ainda respostas às cartas dos emigrantes.



VOO INAUGURAL LISBOA-CARACAS

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO NA VENEZUELA

«Foi uma profunda alegria ouvir da boca do próprio presidente venezuelano os maiores elogios à comunidade portuguesa no seu país e a afirmação de que a Venezuela receberá com a maior confiança novos emigrantes portugueses» afirmou à imprensa o secretário de Estado da Emigração, dr. João Lima, após a sua chegada a Lisboa, de uma viagem inaugural da TAP entre Lisboa-Caracas.

O «Boeing-707», de nome Pedro Álvares Cabral inaugurou a ligação directa de Portugal com a Venezuela, necessidade há muito sentida pela imensa comunidade portuguesa residente neste país. Convidados especialmente para a viagem pela administração da TAP, os conselheiros da Revolução, Vasco Lourenço, Canto e Castro; secretário de Estado da Emigração, dr. João Lima; uma representação da Assembleia da República, coronel Lino Miguel (ministro da República do Governo Regional da Madeira); o presidente do Partido Socialista, António Macedo; e o secretário-geral do Partido Popular Democrático, Francisco Sá Carneiro, além de outras individualidades.

Este voo inaugural a Caracas, capital de um país que conta com uma das mais numerosas comunidades portuguesas (mais de 95 mil pessoas) oriunda predominantemente da Madeira e, em menor percentagem, dos distritos do norte de Portugal continental (Porto, Braga e Vila Real) culminou por um frutuoso reatar de relações com os emigrantes, com os quais o secretário de Estado da Emigração manteve contactos directos através de algumas das suas associações.

A delegação portuguesa viu-se alvo de especial atenção por parte das entidades governamentais



Vista parcial de Caracas, capital da Venezuela.

venezuelanas, incluindo o próprio presidente da República, Carlos Andrés Perez, que recebeu uma delegação oficial portuguesa, encabeçada pelo presidente do Partido Socialista. Nessa audiência concedida à delegação portuguesa, o presidente venezuelano teve ocasião de referir a admiração e o prestígio granjeado pela nossa comunidade neste país.

Foi anunciada, entretanto, a visita oficial que virá fazer a Portugal o presidente venezuelano, em Novembro próximo, no final de uma sua digressão pela Europa, estando previsto para essa altura um encontro entre a prestigiosa figura de Carlos Andrés Perez, de reconhecida audiência no quadro dos países do Terceiro Mundo, com o primeiro-ministro, dr. Mário Soares, e o presidente da República, general Ramalho Eanes.

Na viagem de retorno, o «Boeing-707» da TAP trouxe a bordo uma comitiva composta por individualidades venezuelanas e representantes da comunidade portuguesa, entretanto interessados em colher da sua estadia no País o máximo

de dados sobre a nossa realidade e a etapa de reconstrução nacional encetada; assim como, no que respeita aos representantes da comunidade, sensibilizar e propor às autoridades competentes, incluindo como é óbvio, a Secretaria de Estado da Emigração, toda uma série de iniciativas possíveis de promover no seio da vasta comunidade portuguesa, cujo interesse primeiro será o de estreitar os laços entre esta e a Pátria, no âmbito social e cultural. Dos visitantes ao nosso País destacamos o dr. Alfredo Berdorelli, representante do governador do Distrito Federal; embaixador Mariano Tirado, director dos Serviços de Transportes do Ministério das Relações Exteriores; dr. João da Cunha Matos, embaixador de Portugal na Venezuela; dr. João Campos Alves, cônsul-geral de Portugal na Venezuela, para além, como já referimos, de diversos membros da comunidade portuguesa, entre os quais alguns representantes dos órgãos de informação que em língua portuguesa se publicam neste país.



Petróleo — factor determinante no desenvolvimento económico da Venezuela.

NOVAS POSSIBILIDADES DE EMIGRAÇÃO PARA A VENEZUELA

Poucos dias após o seu regresso da Venezuela, o dr. João Lima reuniu-se em conferência de Imprensa com os jornalistas venezuelanos (vindos no voo inaugural de Caracas) e nacionais.

Nas respostas às perguntas que lhe foram dirigidas, o Secretário de Estado da Emigração teve oportunidade de se debruçar sobre temas de grande importância para a situação dos emigrantes portugueses no Mundo, e em particular para os que se encontram na Venezuela.

Na reunião, e depois de realçar mais uma vez o prestígio dos trabalhadores portu-

gueses naquele país, o dr. João Lima anunciou que na sequência dos acordos celebrados entre Portugal e o C. I. M. E. (Comité Internacional para as Migrações Europeias), milhares de trabalhadores portugueses poderão emigrar para a Venezuela a partir do próximo ano.

Defendendo a necessidade de emigração da mão-de-obra portuguesa desocupada — mas excluindo os quadros qualificados que, acentuou, são necessários para a reconstrução do País — o dr. João Lima salientou ainda as vantagens que a emigração traz para o

desenvolvimento económico, através das remessas de divisas, as quais «deveriam ser preferencialmente aplicadas na execução de planos de desenvolvimento regional das áreas de origem desses emigrantes».

Segundo revelou, os venezuelanos pretendem receber trabalhadores portugueses dos sectores da construção civil, de metalomecânica, dos têxteis, das pescas e, posteriormente, da agricultura. Até fins deste ano, seguirão para a Venezuela cerca de três mil trabalhadores, integrados nos critérios de recrutamento determinados pelo Governo de Caracas.

ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS NA VENEZUELA

A Comunidade portuguesa na Venezuela possui um número razoável de organismos inteiramente dedicados aos vários aspectos da vida económica, social e cultural dos emigrantes: Associações portuguesas, programas de rádio e imprensa. Aqui os indicamos, com os respectivos endereços.

ASSOCIAÇÕES DIVERSAS

CENTRO PORTUGUÊS

Av. San Felipe con 2.ª Trnsversal
Qta. Corazal
La Castellana — Caracas

CLUB UNIÓN CICLISTA PORTUGAL

Av. San Felipe
7.ª Transversal de la Castellana

SOCIEDAD DE BENEFICIENCIA DAMAS PORTUGUESAS

Av. Francisco de Miranda
Edif. Gonçalves Zarco Mezzaninna
Local 5, Califórnia Norte, Estado Miranda

ASOCIACIÓN DEPORTIVA LUSO- -VENEZOLANA (TURUMO)

Av. Principal de Turumo
Urb. de Turumo

CLUB UNIÓN CICLISTA PORTUGAL

Av. San Felipe con 2.ª Transversal
Quinta Corazal La Castellana
Caracas

SOCIEDAD DE AMIGOS DE LA CULTURA Y LAS ARTES PORTUGUESAS — S. A. C. A. P.

Av. Miranda, Quinta Lila
Urb. Washington (Las Fuentes)
El Paraíso — Caracas

CASA PORTUGUESA DE MARACAY — CENTRO SOCIAL

Morita 1 — Parcela 96
Detras de los Galpones del Intituto Agrario
Nacional — Maracay — Edif. Aragua
Venezuela

UMA CASA PORTUGUESA

Urb. El Palito Quinta Terepaima
(Al lado de la Discoteca El Faro)
Puerto Cabello

CASA PORTUGUESA DE VALENCIA

Urb. Industrial Carabobo
Carretera Vieja de Flor Amarilla
Detras de Dupont — Apartado de Carreos
N.º 1851 — Valencia — Edif. Carabobo

LAR LUSITANO — Centro Social, Artístico, Cultural e Benefico

Calle Infante con Soublette
Valencia

CENTRO IBER-VENZOLANO

(La Piscina)
Club Buena Vista
Apartado Postal, 86
Ciudad Bolívar

CENTRO SOCIAL PORTUGUES

Puerto Ordaz (Estado Bolívar)
Correspondencia a/c de
António Gaspar Roque, Apartado 57

ASOCIACIÓN ESPINHO VIVA

Correspondencia a/c do señor Joaquim
Neves
Av. Las Palmas, 40 — Boleíta

CENTRO SOCIAL RECREATIVO PORTUGUES

Av. Universidad, Apartado 155
Playa San Luis
(Sector los Montones) Cumaná, Estado Sucre

IMPRESA PORTUGUESA

O LUSITANO

Director: José da Costa Castanho
Apartado 1464 — Caracas

VOZ DE PORTUGAL

Calle El Loro Edif. AITOR
Local 7 — Quinta Crespo

EXPRESSO PORTUGÊS

Av. Francisco de Miranda Edif. JJ
1.º piso Ofic. 2
(Frente al cine Olimpo) — Chacao

NOTÍCIAS DE PORTUGAL

Apartado 2276 — Carmelitas

30 DIAS

Apartado 6231 — Caracas

REVISTA MUNDO PORTUGUÊS

Av. Francisco de Miranda
Centro Residencial La Califórnia Norte
Edif. 7, Local 1

REVISTA AQUI PORTUGAL

Apartado. 6231 — Caracas

PROGRAMAS DE RÁDIO PORTUGUESES

PANORAMA PORTUGUÊS

(Ernesto Couto)
Radio Libertador

ROMARIAS DE PORTUGAL

(Arlindo Silva)
Radio Crono Radar

RECORDANDO ILHA DA MADEIRA

(Porvença Publicidad)
Radio Libertador

SERENATA PORTUGUESA

(Adelino de Oliveira)
Radio Crono Radar

CANTINHO DA SAUDADE

Radio Libertador
Assim é Portugal
Radio Difusora de Venezuela

PORTUGAL CANTA

(Nuno Álvaro Lima Pereira)
Maracaibo

RADIO MELODIA

Centro Comercial Rio Lama
Barquisimeto, Estado Lara

ECOS DE PORTUGAL

Radio Puerto Ordaz
A/c sr. Roque

AQUI PORTUGAL

Centro Social Morita 1
Parcela 96 detrás de los Galpones
del Instituto Agrário

DELEGAÇÃO DA S. E. E.
NA VENEZUELA
Consulado-Geral de Portugal
Av. Lhama Colinas de Belmonte
Quinta Luz e Antonieta
Apartado 3349 — Caracas

CARTA DO MÊS

«É PRECISO DESENCORAJAR OS TRAFICANTES E ENCORAJAR OS LESADOS»...

Como devem fazer uma ideia é difícil dizer o que se passa junto de nós no que diz respeito a emigrantes, visto que cada um tem ideias momentâneas muito diferentes; são poucos os que conservam uma ideia positiva no que diz respeito a Portugal e isto porque a falta de informações é grande; algumas que temos é em francês ou outras línguas. 95% não compreendemos nada ou quase nada e depois reina a confusão, outros são analfabetos ou semi-analfabetos, como é o meu caso que só tenho a 3.ª classe, mas esforço-me por ler e compreender. Leio os Jornais de língua francesa, italiana e às vezes os espanhóis, leio as revistas «25 de Abril», a «Seara Nova» e às vezes o «Diário Popular» que um amigo me empresta, e de tempos a tempos mando vir o «Diário de Notícias», de Lisboa, mas na verdade é muito caro. Leio o semanário de Guimarães (Terra Natal), mas confesso a verdade, não é um jornal que serve o público, mas meia dúzia de Senhores e Senhores, saudosos dos seus Tios e Padrinhos que, por sua vontade e com medo das contas, abandonaram o País, precipitadamente, pensando que se ia matar é esfolar, a «fazer contas», mas a democracia não é em caso algum, ditadura!

No que diz respeito à falta de informações, permitam-me, através da Secretaria de Estado da Emigração, fazer um apelo ao Governo uma vez que as empresas de publicidade foram nacionalizadas. Nós os emigrantes ficaríamos bastante reconhecidos ao Governo se ele tomasse a iniciativa de mandar um

ou 2 jornais dos maiores de Lisboa e Porto para todas as principais cidades, vilas suíças e não só suíças mas para todo o mundo, aonde ainda não há jornais portugueses.

Voltando ao título da carta para evocar um assunto que a mim me parece de importância e que eu mesmo fico revoltado e nervoso, é o seguinte: vai para um mês veio daí um amigo e quando o encontrei falámos de trabalho e da situação em Portugal. No que diz respeito a trabalho político, a certo ponto diz-me ele:

— «Andei lá a fazer propaganda de tal partido e a espalhar panfletos que é o Sr. Doutor lá da terra que me deu e pediu para deitar no seu partido. Este Doutor era candidato e foi eleito a Deputado. Isto não me enerva nem me revolta, o que me enoja é que este Sr. Deputado garantiu um emprego do Estado ao meu amigo, quando havia 8 lugares a concurso e havia 48 concorrentes; quer dizer que os concorrentes que não conhecessem este Sr. morriam de fome porque não há honestidade. A quem compete acabar com estes vendilhões de Deuses?

Mas ainda não é tudo; o mesmo meu amigo que voltei a encontrar e voltámos a falar de política e de câmbio diz-me ele: eu os meus francos vão todos direitinhos a Portugal. Tenho lá um amigo que mos compra e dá mais que no banco. Tentei saber quem era, mas sem resultado... não disse mas, não será o tal Sr. Deputado?

Depois falei com um outro amigo que me parece ter umas ideias



CORREIO

políticas mais positivas e disse-lhe o que tinha ouvido; fiquei espantado quando ele me disse — oh! há muito disso lá em baixo; eu fui lá em Novembro e o meu antigo patrão veio ter comigo e procurou-me se eu tinha francos. Eu disse que tinha e ele disse — vendamos. Eu disse-lhe: não vendo nem a si nem a ninguém; sei onde é o banco para os trocar. Vai o antigo patrão — ah podias-mos vender e arranjar lá uns amigos para mos venderem, assim ganhavas tu e ganhava eu!...

Gostaria que publicasse esta carta para desencorajar os traficantes e encorajar os lesados. Não dou dados mas se o entender necessário, farei tudo para os dar.

E é tudo por hoje um abraço para todos os colaboradores da Revista «25 de Abril» e outro para os seus leitores deste que muito respeitosamente se assina.

António de Freitas Martins
(Suíça)

Informamos o leitor que, neste momento, a Secretaria de Estado da Emigração está a pagar a assinatura de um diário e de um semanário português, à escolha, às Associações portuguesas no estrangeiro, que tenham sede própria. Os pedidos devem ser feitos pelas associações ao Instituto da Emigração — Rua do Passadiço, 32 — Lisboa.

tome nota ...

ENSINO PORTUGUÊS EM FRANÇA

A língua portuguesa passará proximamente a fazer parte do ensino liceal francês.

Sobre este assunto o Ministério da Educação francês divulgou uma nota informativa que a seguir sintetizamos: o CNTE (Centre de Téléenseignement, ou seja Centro de Tele-ensino), 60 Rue du Lycée — 92171 Vanves (tel. 645.21.20) organiza a partir de Setembro de 1976 cursos de língua portuguesa para os alunos do 3.º, 2.º, 1.º e terminais (quer dizer 4.º, 5.º, 6.º, 7.º do ensino secundário português — antiga denominação) como língua estrangeira (L.I) 2.ª ou 3.ª língua (L. II ou L. III), conforme a terminologia francesa. Estes cursos incluem uma preparação à prova de português dos exames do BEPC (classe de 3.ª francesa) e do Baccalauréat (fim do ensino liceal).

Os alunos que queiram escolher a língua portuguesa nos seus estudos (L. I-L.II-L. III) e que não encontrem cursos de português nos seus colégios podem matricular-se no CNTE, o que os dispensa de frequentar outra língua estrangeira mesmo que tenham obtido resultados negativos numa língua estrangeira já escolhida. Cursos de português serão organizados a partir de Outubro de 1977 para os alunos do 6.º, 5.º, 4.º (quer dizer, 5.º-6.º anos do ciclo do Liceu) com vantagens idênticas.

Aproveitamos a ocasião para salientar que é do maior interesse para a criança portuguesa que enfra no 6.º ano do ensino secundário francês, (5.º ano do ciclo

português) logo que possa, escolher o português como língua estrangeira, em lugar do inglês e de diferir o estudo desta língua para o 4.º ano (1.º ano do liceu em Portugal) como segunda língua estrangeira. Esta solução oferece à criança uma escolaridade mais equilibrada, com maior possibilidade de êxito escolar. Com efeito, passa a estudar como todas as crianças europeias da mesma idade duas línguas apenas: a materna e uma língua estrangeira (embora em condições diferentes, pois a língua dominante é o francês) e não três, como é o caso quando

escolhe prematuramente o inglês (tendo então que estudar além do francês, o inglês e o português).

Os alunos que frequentam as classes do 1.º e terminais dos Liceus (6.º e 7.º anos) poderão escolher a língua portuguesa, a partir de 1977, no Concurso Geral (Concours Général) reservado aos melhores alunos numa disciplina. A partir de Setembro do próximo ano haverá também cursos de português por correspondência para todos os anos do Curso Secundário francês.

EMIGRAÇÃO ATRAVÉS DE ORGANIZAÇÕES NÃO AUTORIZADAS

(NOTA OFICIOSA DA S.E.E.)

«Chegou ao conhecimento do secretário de Estado da Emigração e do Alto Comissário para os desalojados que certos órgãos de Comunicação Social têm vindo a dar publicidade à emigração para certos países através de organizações ou estruturas que não as do Estado.

«Existindo na Administração Pública serviços aos quais cabe, oficialmente, o recrutamento de emigrantes, verificando, simultaneamente, que a estes são oferecidas condições razoáveis de emprego e de subsistência no estrangeiro, compreender-se-á que a Secretaria de Estado da Emigração, ou qualquer outro

departamento, não poderão ser responsabilizados, nem prestar apoio eficaz àqueles que utilizem organizações não oficiais para emigrar.

«Assim, alertam-se os interessados para a conveniência e necessidade de se dirigirem à Secretaria de Estado da Emigração onde serão convenientemente informados sobre as possibilidades de emprego, no estrangeiro, com as garantias que decorrem da intervenção estadual que obvie a actividade ou iniciativas que eventualmente não tenham em conta os reais interesse dos trabalhadores portugueses.»

tome nota ...

A CAIXA DOS TRABALHADORES MIGRANTES INFORMA:

NOVAS REGALIAS PARA OS TRABALHADORES PORTUGUESES EM FRANÇA

Em resultado das negociações realizadas em Paris, entre delegações portuguesa e francesa, foram fixados novos montantes do abono de família e alargado o direito à concessão de assistência médica e medicamentosa e ao complemento da renda de acidente de trabalho.

Assim, as *novas regalias* são as seguintes:

1 — Sobre o Abono de Família

Os novos montantes do abono de família devido pelas instituições francesas às famílias residentes em Portugal dos trabalhadores portugueses ocupados em França são os seguintes:

- por dois descendentes 112 fr./mês
- por cada descendente a partir do terceiro 56 fr./mês

Esta nova tabela é aplicável desde 1 de Janeiro de 1976.

Foi estabelecido que no caso de somente um descendente residir em Portugal, este abrirá direito à concessão de abono de família quando houver outro ou outros descendentes residentes em França.

2 — Sobre os Seguros de Doença e Maternidade

Dada a alteração verificada na legislação francesa que acabou com a distinção entre pensionistas de velhice e titulares de rendas de velhice, todos os antigos titulares de rendas de velhice que tenham

mudado a sua residência para Portugal, passam a ter direito a assistência médica e medicamentosa, o que anteriormente não era concedido.

Os interessados devem para o efeito dirigir-se às Caixas de Previdência e Abono de Família dos distritos das suas residências.

3 — Sobre o Seguro de Acidentes de Trabalho

Os cônjuges sobrevivivos de trabalhadores que tenham sido vítimas de acidentes de trabalho, além da renda de que estejam a beneficiar, passam a ter direito, mesmo que residam ou mudem a sua residência para Portugal, ao complemento dessa renda quando tiverem 55 anos de idade e, antes dessa idade, quando se encontrarem atingidos por uma incapacidade para o trabalho de pelo menos 50%.

Anteriormente, os cônjuges sobrevivivos residentes ou que transferissem a sua residência para Portugal só tinham direito à respectiva renda, não podendo beneficiar do referido complemento.

Os cônjuges sobrevivivos que se encontrem nestas condições devem entrar em contacto, pessoalmente ou através de correspondência, com a Caixa Nacional de Seguro de Doenças Profissionais, cujo endereço é: Avenida da República, 25-2.º Lisboa-1, que prestará todas as informações sobre o que se torna necessário para que passem a beneficiar do complemento da renda de acidente de trabalho.

NOVAS REGALIAS (que serão reconhecidas em breve)

Nas negociações a que se faz referência no início desta circular-informativa, foram também tratadas outras questões que haviam sido apresentadas pela Parte Portuguesa, ainda, no decurso do ano de 1975, tendo as duas delegações acordado em diversas modificações aos diplomas em vigor. Estas porém, só entrarão em vigor depois de serem aprovadas pelos Governos dos dois países, o que, segundo se pensa, será feito em breve.

Entretanto, aproveita-se para desde já indicarmos a seguir, resumidamente, as regalias a que os trabalhadores terão direito quando as modificações acordadas entrarem em vigor:

- subsídios pós-natais;
- abono de família pelos netos órfãos do trabalhador ou do seu cônjuge;
- manutenção da concessão do abono de família nos seguintes casos: transferência autorizada de residência do trabalhador para o outro país; transferência autorizada da residência da mulher para o outro país; deslocação temporária ao país de origem por ocasião de férias pagas e transferência de residência de trabalhador vítima de acidente de trabalho ou afectado de doença profissional;
- *Eliminação*, no caso de doença de gravidade excepcional.

tome nota ...

do limite de 6 meses de direito à Concessão das prestações em espécie dos seguros de doença e maternidade, nas situações de estadia temporária no país de origem do trabalhador.

- É alargado para 6 meses o tempo máximo permitido entre o final do período de seguro num país e o início de período de seguro no novo país de emprego, com vista à totalização de períodos de seguro para efeitos de abertura de direitos às prestações complementares de abono de família e dos seguros de doença e maternidade;
- É alargado aos trabalhadores agrícolas que sejam vítimas de acidentes de trabalho ocorridos depois de 1.7.73 e transfirmam a sua residência para Portugal, o direito ao regime normal de concessão das prestações estabelecido na Convenção.
- Concessão, por parte da França, de prestações de

velhice e morte no caso dos períodos de seguro cumpridos ao abrigo da legislação francesa serem inferiores a um ano. Anteriormente, os períodos de seguro inferiores a um ano não davam direito a quais-

quer prestações de velhice e morte.

Logo que as regalias indicadas neste n.º II entrem em vigor, a Caixa Central dará conhecimento do facto através de nova circular-informativa.

CONDIÇÕES PARA A ENTRADA DE TRABALHADORES ESTRANGEIROS NA VENEZUELA

Os trabalhadores emigrantes deverão ter um contrato de trabalho de uma entidade patronal venezuelana e apresentar os seguintes documentos: Certidão de nascimento (original e duas cópias). Sendo casado, certidão de casamento (original e duas cópias). Certificado de habilitações literárias, devidamente autenticado e traduzido em espanhol. No caso de terem experiência profissional

anterior, certificados de trabalho referentes à actividade e empresas ou firmas onde esta tenha sido desenvolvida. Selos fiscais: para solicitação de entrada no país (2 Bolívares), para Contrato de Trabalho (3 Bolívares), para cada documento a legalizar (15 Bolívares). Deverá ser a entidade patronal contratante a solicitar a entrada do trabalhador estrangeiro na Venezuela, junto da Direcção Nacional de Identificação e Estrangeiros.

**ESTA REVISTA É PARA OS EMIGRANTES.
DIVULGUE-A ENTRE OS SEUS AMIGOS
E CAMARADAS DE TRABALHO.
RECOMENDE A SUA ASSINATURA.**

O EMIGRANTE PORTUGUÊS NO MUNDO



QUERER É PODER!

EMIGRANTES PORTUGUESES PROPRIETÁRIOS NO CANADÁ

Um grupo de luso-canadianos são proprietários de cinquenta por cento dos pomares da zona de Osoyoos — Oliver, no vale de Okanagan, na Colúmbia Britânica — afirmou à Associated Press John Garcia, que em 1959 veio dos Açores, com os pais.

Há cerca de cento e dez famílias de origem portuguesa na zona de Osoyoos e mais de duas mil em todo o vale de Okanagan — considera Garcia, segundo o qual a maior parte dos portugueses que há duas décadas vieram para a Colúmbia Britânica eram trabalhadores açorianos interessados em pomares.

A fim de ir ao encontro das necessidades de mão-de-obra por parte dos agricultores da zona sul da Colúmbia, o Governo canadiano dos anos cinquenta contactou as autoridades portuguesas e estas recomendaram o recrutamento nos Açores.

Aconteceu até que a região em volta de Osoyoos e da vizinha Oliver, trinta quilómetros ao norte, lembrava aos açorianos as suas ilhas perdidas no meio do Atlântico. De modo que aqui se instalaram com certo gosto, procurando poupar dinheiro para um eventual regresso ao seu arquipélago. Mas

as circunstâncias fizeram que esse regresso fosse sucessivamente adiado, pelo que muitos dos que vieram aqui se radicaram e constituíram mais uma importante comunidade de ascendência portuguesa.

O mais antigo emigrante da região, já com o nome adaptado ao novo país em que vive, é Joe Martini, que chegou em 1957 e se recorda dos tempos em que trabalhava de 12 a 14 horas diárias.

Porque de início os lavradores canadianos não tinham grande confiança nos portugueses, Martini e outros imigrantes tiveram de passar os seus primeiros Invernos de exílio sem trabalho, enquanto decorriam tarefas especializadas, a cargo de outros trabalhadores.

«De Outubro a Abril ficávamos sentados em casa e nada fazíamos», recorda Joe Martini, que terá sido José Martins, antes de abandonar a terra natal.

Só em 1967 é que surgiu o subsídio de desemprego para os trabalhadores rurais e a paragem durante o Inverno consumia-lhes o orçamento, de modo que os homens dos Açores não mais conseguiam poupar dinheiro para voltar ao seu arquipélago, como ao princípio desejavam.

Mais tarde, porém, já habituados à terra da Colúmbia Britânica, esses portugueses conseguiram poupar algum dinheiro e começaram a comprar os seus próprios pomares, até se tornarem proprietários de grande parte dos existentes no vale de Okanagan.

QUINZE ANOS AO SERVIÇO DOS PORTUGUESES

Completo quinze anos de emissão o programa radiofónico «Saudades da Nossa Terra» — produção e realização de Miguel Canto e Castro — que serve directamente a numerosa comunidade portuguesa de S. Joaquim, na Califórnia.

Natural do Cais do Pico (Açores), Miguel Castro dá prosseguimento à emissão criada por seus pais, uma das primeiras surgidas naquela área.

Ao responsável e colaboradores deste programa, endereçamos as nossas felicitações.

ASSOCIAÇÕES DE EMIGRANTES

«TEMPO» – GRUPO DE TEATRO DE MULHOUSE (FRANÇA)

Já tivemos ocasião de noticiar o aparecimento do Grupo de Teatro «Tempo» de Mulhouse, na região da Alsácia, onde a comunidade portuguesa atinge cerca de 4000 membros. Chegou pois a hora de nos alongarmos mais em pormenor sobre o que é este Grupo de Teatro, o que são os seus objetivos e quem é o seu principal dinamizador, José Coutinhas. Para isso nada melhor que a imprensa estrangeira qua, quando da estreia da peça de teatro «Mataram um Emigrante», ao acontecimento se lhe referiu em termos que, para além do estímulo, são um reconhecimento flagrante das capacidades culturais das Associações de Emigrantes, assim como do trabalho cultural por elas levado a cabo. Reproduzimos na íntegra o que o jornal suíço «Der Bund» (Berna) de 17-7-76 dizia sobre o teatro «Tempo» e sobre o autor e encenador da peça:

«Teatro do nosso tempo em puro nível cultural. Em «Mataram um Emigrante», o português José Coutinhas marca o contraste entre a vida quotidiana de um emigrante português e o destino de sua família que ficara em Portugal. O emigrante veio clandestinamente para França porque o regime de Salazar lhe recusara os papéis, mas a sua vida no novo país não ia ser um mar de rosas. A sua situação precária e o medo de ser expulso e repatriado fazem-no isolar-se completamente. Ele subtrai-se igualmente às pesquisas dos familiares os quais caem nas mãos de um homem que tem os meios e o poder de matar legalmente o emigrante. Mesmo após a Revolução, os oportunistas nadam, como cortiça, à tona da sociedade. O autor consegue desmascará-los nitidamente.

No seu próprio teatro «Tempo», o grupo português deu o melhor

do seu esforço para fazer desta peça popular um êxito retumbante. Suas próximas representações em Colmar, Estrasburgo e Genebra irão seguramente repetir fielmente este êxito. José Coutinhas, jornalista português residente em Basileia, foi o encenador. Ele soube dar

o contraste num estilo branco-negro de veemente dinâmica. Foi assistido por Daniel Dyminski e Gino Bertoli para os cenários e Patrick Moneron para os elementos sonoros característicos.»

A peça «Mataram um Emigrante», segundo o seu autor, é uma adapta-

TEMPO



teatro de emigrantes portugueses mulhouse
franca

apresenta

MATARAM UM EMIGRANTE de

JOSÉ COUTINHAS .

AFFICHE CREEE PAR G. CHAMON

ção actualizada e trabalhada, sobre o tema da emigração, do clássico da literatura portuguesa «Frei Luís de Sousa» de Almeida Garrett. A história que serve de base a todo o drama da peça bebe na obra de Garrett o seu tema fundamental, mas a situação em que este se desenvolve, tem como fundo socio-económico a emigração e as questões e problemas que ela levanta ao cidadão-trabalhador de Portugal.

Numa entrevista concedida ao jornal «L'Alsace» de 28-4-76, José Coutinho, perante a pergunta «se a revolução do 25 de Abril mudou em alguma coisa a vida dos emigrantes?», respondeu:

«Não, não o creio. Nem todos os emigrantes tomaram consciência das possibilidades que cada um tem, presentemente, pelo facto de possuir um país livre. Os portugueses que vêm trabalhar para França continuam com o complexo de «emigrantes», porque vêm de um país pobre e nunca sabem se podem ou não ficar definitivamente no país rico (onde muitas vezes são utilizados) para fazer a sua vida. Vivem assim numa situação de constante insegurança, com o medo de serem obrigados a partir.»

Num outro passo da mesma entrevista, e referindo-se à literatura pós 25 de Abril, José Coutinho declarou: «Infelizmente os escritores portugueses deixaram de criar literatura de qualidade. Parece-me que os intelectuais abandonaram a sua missão de escritores da liberdade, trocando-a pela ocupação de postos importantes na televisão, em tal ou tal jornal, em tal ou tal ministério».

O vazio cultural que o processo desencadeado pelo 25 de Abril encetou, como aliás era natural, veio a afectar enormemente as comunidades portuguesas emigradas: é um facto que ninguém de bom senso quererá negar. No entanto, a iniciativa do grupo de teatro «Tempo» é por si mesma uma obra de vulto a tapar, pelo menos em parte, este vazio.

O Grupo de Teatro «Tempo» é parte da secção cultural da Associação Portuguesa de

Mulhouse, onde a *cultura popular* longe do infantilismo folclórico, simplesmente colorido e sem conteúdo, toma foros de cultura efectivamente actuante, pelas situações de injustiça social que denuncia, pelas questões que levanta, que não são só culturais, são também económicas e, por isso, políticas!

O exemplo de persistência, de luta e amor ao teatro, tradição fecunda e secular arregaçada nas

camadas trabalhadoras do nosso povo, reencontra a sua vida e o seu espírito colectivista, seja em que situação geográfica for. *O Amador de Teatro*, é, sempre foi, aquele que labutando durante o dia o seu ganha-pão, rouba ao seu descanso o tempo necessário para ensaiar uma peça de teatro. Assim são todos os actores de «Mataram um Emigrante»: trabalhadores que sabem o que fazem, sentem o *panfleto* que é (pode vir a ser) a sua peça de teatro.

ESTADOS UNIDOS

HOMENAGEM AO COMPOSITOR LUSO-AMERICANO JOHN PHILIP SOUSA

Foi promovida pelo Sub-Comité do Bicentenário de Rhode Island, para as comemorações da independência dos E. U. A., uma homenagem ao compositor John Philip de Sousa. O compositor luso-americano, era filho de uma família portuguesa que emigrou para este país no recuado ano de 1848. Foi músico da Banda da Marinha norte-americana e mais tarde da Banda dos Fuzileiros Navais em Washington. A sua obra ganhou projecção internacional, como compositor de 15 operetas, 136 marchas, 70 canções, 27 fantasias e inúmeras outras peças. A sua actividade não ficou pela música, estendendo-a ao jornalismo, onde deixou um legado de sete livros e 132 artigos em revistas e jornais, a maioria sobre música. Foi devido ao facto de advogar a causa dos direitos de autor para os compositores musicais, que tal lei foi promulgada nos E. U. A. Aos 78 anos ainda regia, recusando a aposentar-se: «Quando ouvirem falar da aposentação de Sousa, ouvirão falar da morte de Sousa». Morreu em 1932 vítima de um ataque cardíaco, ainda em plena

posse de todas as suas faculdades de artista.

A homenagem agora realizada, contou com a participação de inúmeras entidades da comunidade portuguesa neste país, tais como, «Clube da Juventude Lusitana Band», «Banda Recreativa de Nossa Senhora do Rosário», e «Portuguese Independent Band».



pelas
nossas
terras



IMPRENSA REGIONAL

MEDIDAS REALISTAS, FINALMENTE!

A importância da Imprensa Regional foi mais uma vez realçada pelos governantes. Sempre assim tem acontecido, se bem que de um modo geral tudo se tivesse quedado pelo louvor paternalista e algumas promessas que nunca foram cumpridas.

Desta vez, porém, tratou-se de, sem grande alarde, legislar em favor da Imprensa Regional, adoptando-se medidas que certamente em muito irão contribuir para a sua expansão e dignificação.

Concretamente, as medidas agora adoptadas permitirão que as empresas jornalísticas fiquem isentas, em regime de avença, do pagamento das taxas pela expedição postal. As empresas abrangidas por este despacho farão constar a sua pretensão à Secretaria de Estado da Comunicação Social, que depois pagará directamente aos C.T.T. a expedição postal.

Na alocução que proferiu a propósito da divulgação do diploma que contém estas importantes medidas, o Secretário de Estado da Comunicação Social, dr. Manuel Alegre, teve palavras de apreço para a Imprensa Regional:

«Para muitos portugueses, o jornal da terra é a primeira janela sobre o Mundo. Do mesmo modo que para os emigrantes espalhados pelo Mundo é o único eco que lhes chega da prática distante.

É certo que nem todos transmitem a mensagem de liberdade e de progresso. Há ainda um grande número de jornais que veiculam

ideias retrógradas, quando não abertamente antidemocráticas.

Mas nós, socialistas, acreditamos mais na força das ideias do que na eficácia da repressão. Acreditamos que é pelo esclarecimento e pela persuasão que a revolução pode chegar a todos os cantos de Portugal. Não aceitamos critérios de discriminação política ou ideológica. O nosso combate trava-se no domínio das ideias, da prática política e da solução concreta dos problemas concretos deste país.

Mas é evidente que a Constituição tem de ser respeitada. E a Lei de Imprensa cumprida. Aproveito para dizer que a atitude desta Secretaria de Estado em relação ao semanário «A Rua», significa que não estamos dispostos a permitir que renasça neste país uma Imprensa fascista, feita por fascistas, e tendo como objectivo o regresso à ditadura fascista.

Pela nossa parte, tudo faremos para que se desenvolva o espírito crítico e para que a democracia ganhe raízes fundas. E desejamos, que os órgãos da Imprensa Regional semeiem na velha terra da pátria a flor sempre renovada da liberdade e da justiça.

O diploma que acabou de ser lido e que esta secretaria de Estado vai remeter para divulgação no «Diário da República», é uma, entre as várias medidas concretas, que o Governo está adoptando para vencer a crise.

Chamando a si, embora a título experimental, os encargos da distribuição postal, o Estado afirma inequivocamente que deseja assegurar condições de vida à Imprensa Regional e que tudo fará conforme prevê a Constituição e a Lei de Imprensa, para a manter independente do poder político.»

«...acreditamos mais na força das ideias do que na eficácia da repressão. Acreditamos que é pelo esclarecimento e pela persuasão que a revolução pode chegar a todos os cantos de Portugal.»

VIANA DO CASTELO

FESTAS DA SENHORA DA AGONIA

Realizaram-se em Viana do Castelo as Festas da Senhora da Agonia, romaria das maiores que o arraial minhoto conhece.

Em número superior aos dos anos anteriores, estiveram presentes muitos emigrantes, naturais da região, que labutam por terras de França e Alemanha.

Dia 20 de Agosto

Soam 21 salvas. Tiros tradicionais que não atemorizam ninguém, antes servem para despertar quem dorme, surpreender quem se distraiu do acontecimento. Cada salva dos 21 tiros, é como se gritasse «arraial, arraial, pela Romaria maior, das Romarias de Portugal». São 8 horas da manhã, o sol já queima a pele e, de súbito, a cidade é uma autêntica banda de música. Pelas ruas esvoaçam notas de música e refar de bombos e tambores. Que se passa? São os tradicionais Zés Pereiras, as Bandas de Música, os Grupos de Bombos, os Gigantones e Cabeçudos que invadem a cidade. É a alegria anual que desponta contagiando a cidade e a sua população.

Mas, horas mais tarde, já esta população está recolhida na mais sizada religiosidade: é a Procissão do Mar! Os lábios das mulheres do típico bairro da ribeira, murmuram orações que não vêm escritas nos missais. Orações que só as esperas dos homens que estão no mar souberem escrever de memória. Orações que clamam justiça é intempérie, mas que bastas vezes reclamam um mundo melhor; orações que magoam quem as ouve e que doiem a quem as tem de utilizar para aliviar penas da vida, quantas vezes materiais, quantas vezes possíveis de remediar «cá no mundo». É a Procissão da Virgem da Agonia, mas poderia ser a recordação das listas dos milagres que só os homens da terra podem fazer aos homens que vão ao mar...

Dia 21 de Agosto

A tarde está no auge! São 17 horas. Há uma música que se entorna pela Avenida de Camões. Zés Pereiras, bom-

bos, gaiteiros, todos fabricam essa música que enche até mais não os ares. Avizinha-se um cortejo, aberto pelos músicos populares de mil fontes de inspiração: é o Cortejo do Trabalho!

Há neste Cortejo do Trabalho um manual de heroísmo e de dignidade que só os olhos podem ler. É Viana do Castelo, são os seus concelhos que falam. Que falam com aquela eloquência que só conseguem ter as obras produzidas pelo trabalho: são as imagens reconstituídas da vida do campo, do monte, do mar e do rio. O pão, o vinho, o linho, o mato, a madeira, a erva, a horta, a faina fluvial, a apanha do sargaço e a Ribeira de Viana. É a secular ilustração da luta do homem contra os elementos da natureza, transformando as matérias-primas em bens úteis à vida; é a odisseia simples duma região laboriosa do País, parte de um todo que se chama *Povo Trabalhador de Portugal*. Finalmente, mais atrás, centenas de lavadeiras de Viana pintam o espaço das artérias com o colorido dos seus trajes. Depois é um concelho e o seu típico traje, depois outro e outro. A cor, a vivacidade dos tons de cada

anda à roda de tanto colorido. Depois, o artesanato, essa relíquia ancestral que cada filho da região guarda com carinho, aparece-nos no seu relembrar de usos, costumes e tradições.

Dia 22 de Agosto

Ainda à pouco era noite cerrada, mas a pirotécnia lanhelense (de Lanheses) conseguiu uma breve ilusão de dia. A sua «arte» atinge o ponto culminante, em especial, com a beleza da cachoeira e da batalha de flores, de proporções impressionantes. O «fogo de artifício» quase deixa de ser *artifício*, para se combinar e tornar a realidade da noite num dia cheio de cores que nem o sol consegue imitar. A queda, sobre o cristalino Lima, duma torrente mista de ouro e prata, enche os olhos! Os ouvidos ficam quase surdos, pelas explosões dos morteiros! A Romaria mais Romaria de todas morre «em beleza». O Minho apaga o seu arraial. Viana do Castelo volta ao dia a dia. Um «até para o ano» passa nostálgico (já?) em cada um que parte... E, exausta, a cidade dorme.



ELEIÇÕES PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS

Realizar-se-ão em 12 de Dezembro próximo as eleições para as autarquias locais: Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais.

Assim, os cidadãos serão chamados às urnas, mais uma vez, para elegerem os seus representantes nos organismos populares de base. Nas *freguesias* serão eleitos dois órgãos: a Assembleia da Freguesia e a Junta de Freguesia. A Assembleia da Freguesia será eleita por sufrágio directo, secreto e universal de todos os eleitores residentes na área da freguesia, de acordo com o mesmo processo adoptado nas últimas eleições. Os membros desta Assembleia serão eleitos segundo o método da proporcionalidade de Hondt. As candidaturas serão apresentadas pelos partidos políticos ou grupos de eleitores, cujo número será fixado em proporção ao dos cidadãos eleitores de cada freguesia. O eleitor elege directamente a Assembleia de Freguesia e esta por sua vez elege a Junta de Freguesia. A Junta de Freguesia será constituída por um presidente, um vogal-secretário e um vogal-tesoureiro. Nas freguesias em que existam mais de mil eleitores serão eleitos mais dois vogais.

No que respeita às Câmaras Municipais os órgãos representativos do concelho são a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal e o Conselho Municipal. A Assembleia Municipal é formada pelos presidentes das Juntas de Freguesia, eleitos pelo colégio eleitoral do município. A apresentação de candidaturas para a eleição da Assembleia Municipal competirá aos partidos políticos. A Câmara Municipal será um órgão colegial eleito pelos cidadãos eleitores residentes no respectivo concelho. Da Câmara Municipal fará parte um presidente e um número variável de vogais, de harmonia com a classe do respectivo concelho. O presidente eleito será o primeiro candidato da lista mais votada e, no caso de vagar o lugar de presidente, assumirá essas funções o que se lhe seguir segundo a ordem respectiva. Se faltar o presidente ou se se encontrar impedido de exercer as suas funções será substituído por um vogal, escolhida pela Câmara. Em cada concelho haverá também um Conselho Municipal que será um órgão consultivo da Câmara, tendo por seu objectivo colaborar na resolução dos problemas. Farão parte deste Conselho representantes dos sindicatos, organizações culturais e sociais que actuem no conselho.

Eis em resumo, o processo eleitoral e funções que são atribuídas às Assembleias e Juntas de Freguesia e às Assembleias, Conselhos e Câmaras Municipais.



LIVROS



● FERNANDO PESSOA — O ROSTO E AS MÁSCARAS — Edições Ática

Organizada e prefaciada por David Mourão Ferreira, esta antologia cronológica inclui muitos textos considerados praticamente «perdidos». Indiscutivelmente importante para uma melhor aproximação do espírito e da obra do grande poeta português que foi Fernando Pessoa.

● A REVOLUÇÃO RUSSA NA IMPRENSA PORTUGUESA DA ÉPOCA — César Oliveira — Editora Diábril

Três pequenos mas úteis estudos sobre o Movimento Operário Português, com importantes dados estatísticos e algumas curiosas revelações sobre um sector da história portuguesa que durante cinquenta anos foi para nós um verdadeiro tabu.

● A CRIANÇA CRIADORA — Georgette Gabey / Catherine Vime-net — Assírio, & Alvim Editores

Os desenhos e pinturas, as múltiplas e naturais formas de expressão das crianças, constroem-se num sentido paralelo ao do desenvolvimento do seu autor, e fornecem a prova de que a criança vai avançando nas etapas da sua evolução mental. No presente volume são enumerados os materiais e explicadas as técnicas de

base que permitem às crianças o mais pleno desenvolvimento das suas faculdades.

● A ECONOMIA POLITICA MARXISTA E A REALIDADE AFRICANA — Y. Popov — Prelo Editora

Analisado à luz do pensamento económico marxista, o contexto africano é encarado neste volume como um campo de intervenção das novas técnicas de gestão económica, propostas no sentido de, por fim ao atraso do continente mais rico em matérias-primas, e por isso mesmo o principal alvo das grandes potências industrializadas.

● PARA ONDE VÃO AS PEDAGOGIAS NÃO DIRECTIVAS? — Georges Snyders — Moraes Editores

Será que o não-directivismo em pedagogia é menos revolucionário do que se pensa? De um ponto de vista pedagógico e político, não há, no teor crítico deste livro, um alinhamento na pedagogia tradicional. Há, sim, uma pergunta constantemente feita ao marxismo: permitirá uma pedagogia inspirada no marxismo «ir mais longe» e não apresentar as contradições que as pedagogias não directivas apresentam?

● A HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO CHINESA — Enrica Collotti Pischel — Publicações Europa-América

A Revolução Chinesa foi um fenómeno longo e complexo que afectou todos os aspectos da vida da China, transformando gradualmente o país mediante um processo que durou — pode dizer-se — um século. Não é possível marcar uma data à revolução chinesa, como também não é possível compreender os acontecimentos com que geralmente se identifica sem ter em conta os antecedentes, o período de «incubações» da semente revolucionária. Em três volumes e a preço acessível (formato de bolso), esta obra pretende analisar tão importante acontecimento e responder às perguntas que constantemente sobre ele se formulam.

● EDMA — Enciclopédia do Mundo Actual — Publicações D. Quixote

Primeira enciclopédia consagrada aos principais factos e acontecimentos que fazem a nossa época. Publicados já A Psicanálise,

A Economia, O Universo, As Multinacionais, e fazendo parte dos próximos lançamentos Os Chineses, Os Americanos, etc. Cada volume compreende a apresentação do assunto sob a forma de um artigo de carácter enciclopédico ilustrado com documentos fotográficos, um dicionário das principais palavras-chave e um índice remissivo precedido de uma bibliografia comentada. (Formato de bolso — 60\$00 cada volume).

● SAMIZDAT — Editorial Futura

Samizdat são os escritos (que circulam clandestinamente) dos dissidentes da União Soviética. Trata-se de uma tentativa de crítica à história secreta da revolução russa e da era estalinista, bem como da repressão exercida pelo actual regime. As memórias de um bolchevista-leninista constituem a peça básica deste volume. Um memorista anónimo testemunha ocular dos primeiros dias da revolução, guerra civil e ascensão de Estaline ao Poder, preso por apoiar a Oposição Esquerdista Trotskista no conflito Trotski-Estaline, descreve as suas experiências nas prisões e campos de trabalhos forçados.

● SAPATEIA AÇORIANA — Vitorino Nemésio — Ardália Editora

Últimos trabalhos poéticos do autor de «Mau Tempo no Canal». Sem constituir um propósito estético definido, antes vagueando ao sabor da espontaneidade inspirativa, confirmando uma versatilidade já conhecida, e que nos parece ser a característica mais notável da obra de Vitorino Nemésio. Contudo, ou talvez por isso mesmo, importa registar e conhecer esta «reparição» de um dos mais representativos autores portugueses da «velha» geração.

● O FASCISMO NUNCA EXISTIU — Eduardo Lourenço — Publicações D. Quixote

Constituído por artigos publicados ante e após a Revolução de Abril na Imprensa nacional e estrangeira, o presente volume é uma das mais importantes contribuições para a análise e reflexão profunda do processo político português. Tal como sucedera com «Os Militares e o Poder», o autor apresenta-nos, em estilo fluente, mais um «retrato» (de certo modo incómodo) da nossa trajectória social e política, sem deixar de perspectivar o futuro que nos reserva a natureza complexa e imprevisível do comportamento português face a grandes mutações.

● REPÚBLICA SOCIALISTA DA CECOSLOVÁQUIA — Zdenek Madar — Editorial Estampa

Na sequência de volumes anteriores dedicados ao mundo socialista, a Editorial Estampa dá-nos desta vez a conhecer a Checoslováquia — sua história, regime político, situação económica, social e cultural. Precioso documento para a compreensão de uma sociedade cujas transformações verificadas nos últimos trinta anos não deixaram de ter influência no desenvolvimento dos países que constituem o bloco Leste do continente europeu.

● A IGREJA E OS MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS — F. Houtart / A. Rousseau — Arcádia Editora

A Igreja uma força contra-revolucionária? A questão é essencialmente política: repudiam-na alguns por verem nela um simples fenómeno da moda, outros estigmatizam-na como sendo mais uma tentativa de «recuperação» que mais uma vez porá uma instituição a reboque da História, falando no vazio de coisas que ela já não pode controlar. Os autores (teólogos e sociólogos belgas) concluem deste estudo que a Igreja não pode ser considerada monoliticamente, e que é preciso distinguir os diversos actores, não só porque ocupam posições diversas na instituição, como também porque a sua situação social é diferente.

● A CHINA FICA AO LADO — Maria Ondina Braga — Unibolso

Uma escritora de voz singular descobre a China milenária, a sua sabedoria, as suas tradições, os seus mitos. Encontra-se num lugar de convergência, Macau, e aí, a sua humanidade e clara percepção dos problemas humanos levam-na a descrever uma galeria extraordinária de personagens inesquecíveis.

● A TENTAÇÃO TOTALITÁRIA — Jean François Revel — Livraria Bertrand

«O Mundo actual evolui para o socialismo. Mas que socialismo? E quais as causas desta evolução? Deverão e poderão as democracias capitalistas reformar-se de modo a serem capazes de lhe oporem um projecto? Ou dever-se-á considerar esta corrente histórica como irreversível, concluir que o capitalismo tem demasiados defeitos para ser mantido, até mesmo como democracia, e que a humanidade prefere inevitavelmente a ditadura, como único meio de conseguir a igualdade, cedendo assim (...) à tentação totalitária?»

MIGUEL TORGA, GRANDE PRÉMIO INTERNACIONAL DE POESIA

Figura de relevo das letras portuguesas — ainda que teimosamente remetido a um isolamento que ele próprio por vezes lamenta — Miguel Torga (pseudónimo do médico Adolfo Rocha) viu finalmente a sua obra poética reconhecida além-fronteiras, com a atribuição do Grande Prémio Internacional de Poesia.

O Júri, do qual fazia parte o actual secretário de Estado da Cultura, dr. David Mourão-Ferreira, decidiu assim enfileirar o poeta português ao lado de outros já galardoados, tais como o italiano Giuseppe Ungaretti, o francês Saint-John Perse, o mexicano Octávio Paz, o senegalês Leopold Senghor, etc.

Natural de S. Martinho de Anta (Vila Real) e exercendo a medicina em Coimbra, Miguel Torga estreou-se nas letras portuguesas em 1928, com a publicação do livro de poemas «Ansiedade». Autor de uma vasta obra repartida entre a poesia, a prosa e o Teatro, colaborou nas revistas literárias de vanguarda «Sinal», «Manifesto» e «Presença», juntamente com figuras centrais como Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro.

Apesar do seu temperamento e da sua modéstia — uma vida inteiramente dedicada à medicina e à poesia — nunca Miguel Torga deixou de ser um cidadão consciente das suas responsabilidades, o que lhe valeu alguns «dissabores», como a prisão no Aljube e a apreensão de livros. Democrata e crítico irreverente, escrevia em 1968 no seu «Diário»: «O nosso sebastianismo mudou de sinal; agora esperamos todos, do Alto de Santa Catarina, pela catástrofe». Observador atento da realidade portuguesa pós-25 de Abril, registava em Março de 1975: «...o País precisa de se curar mediante uma terapêutica inteligente, dinâmica, imaginosa, em que o propósito revolucionário se espelhe na audácia legislativa. Mas que a vontade, o passado, a cultura, as crenças e o temperamento do paciente sejam tidos na devida conta.»



Miguel Torga

FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA DA FIGUEIRA DA FOZ

Como vem já sendo habitual, de 1 a 10 de Setembro teve lugar nesta cidade o Festival Internacional de Cinema. No Festival deste ano estiveram presentes filmes da Grécia, Grã-Bretanha, Itália, França, Etiópia, Senegal, Bélgica, Canadá, Suíça, Argentina, Japão, Tunísia, Polónia, Hungria, Argélia e Austrália. Dada a importância que o Festival tomou pensa-se já na possibilidade de, futuramente, este vir a competir a nível internacional com outros seus congéneres, o que é motivo para repensar o cuidado com que este deve ser organizado. Alguns filmes portugueses, pós-25 de Abril foram exibidos, entre os quais destacamos as películas de António Campos, «Festa» e «Gente da Praia da Vieira». A colectânea de realizações já célebres que participaram no Festival, fizeram deste um ponto de encontro dos cinéfilos, de críticos e público tanto nacional como estrangeiro, nomeadamente da vizinha Espanha. A título de exemplo, para avaliação do alto nível da programação, destacamos algumas das realizações presentes no Festival: «Saló ou os 120 dias de Sodoma», de Pier Paolo Passolini, o malgrado rea-

lizador italiano; «Mil e Novecentos», de Bertolucci; «Número Dois», de Jean Luc-Godard; «A Terra

da Grande Promessa», de Andrzej Wajda; «Os Thiassos», de Théó Angelopoulos.

BOCAGE LEMBRADO

A assinalar mais um aniversário — o 211.º — da data do nascimento do popular poeta Manuel Maria de Barbosa du BOCAGE, ocorreu no dia 15, organizado pelo Centro Cultural de Setúbal, um programa com diversas actividades, das quais destacamos uma conferência proferida pelo romancista Romeu Correia e, ainda, passagem de diapositivos sobre o poeta e a sua cidade.

Bocage representou, no reinado de D. Maria I e do seu ministro inquisitorial, Pina Manique, a voz da crítica progressista, a irreverência lúcida de quem se recusou a açatar a mediocridade e a decadência senil duma aristocracia incompetente para governar, e por demais parasitária para guindar o País na senda do progresso. A memória popular acarinhou o poeta, nem sempre, contudo, de modo correspondente com aquilo que ele foi e representou. A cidade

prestou homenagem ao poeta relembrando a sua época, através do T.A.S. — Teatro de Animação de Setúbal — que leu os poemas mais significativos da obra de Bocage.



AOS ASSINANTES

Lembramos aos nossos assinantes que com a publicação do número 13 iniciou-se uma nova série de assinatura da revista «25 de Abril» (no caso de assinaturas anuais a partir do n.º 1).

Por outro lado, e tendo em conta que a Revista se encontra ainda em fase de implantação, decidimos considerar que as assinaturas por seis meses, com início nos n.ºs 1 a 6, fossem válidas até ao n.º 12 — do que resulta não se encontrarem em débito os assinantes nessas condições.

Assim, lembramos mais uma vez aos nossos leitores interessados em continuar a receber a Revista, e caso se encontrem em qualquer das situações atrás descritas, que devem renovar a sua assinatura no mais curto espaço de tempo possível, preenchendo e enviando-nos o cupão que se encontra ao fundo desta página.

No caso de ainda não serem assinantes e desejarem passar a sê-lo, deverão proceder do mesmo modo, isto é, preenchendo e enviando-nos o cupão, juntamente com a importância respectiva.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(VIA AÉREA)

PAÍSES	12 MESES		6 MESES	
França... ..	250\$00	45 F.	125\$00	23 F.
Bélgica	250\$00	370 F. B.	125\$00	190 F. B.
Alemanha	250\$00	24 D. M.	125\$00	12 D. M.
Inglaterra	250\$00	4,50 £	125\$00	2,50 £
Espanha	200\$00	80 P.	100\$00	240 P.
Brasil	320\$00	115 Cr.	160\$00	60 Cr.
Canadá	340\$00	15 d.	170\$00	8 d.
E. U. A.	340\$00	15 d.	170\$00	8 d.
Outros países da Europa	250\$00		125\$00	
Outros países fora da Europa... ..	340\$00		170\$00	

Queiram enviar-me mensalmente a revista «25 de Abril» da Secretaria de Estado da Emigração. Para o efeito, envio a importância de.....\$

NOME

MORADA.....

LOCALIDADE

PAÍS.....

Preencha este cupão, recorte-o pelo tracejado e envie-o, juntamente com a importância respectiva para:

Revista «25 de Abril»
Praça do Areeiro, 11-2.º Esq.º
Lisboa — PORTUGAL



VISTA PARCIAL
DA CIDADE



FEIRA
DE S. MATEUS



LOGO À PARTIDA A TAP RECEBE-O COMO NA SUA TERRA!
DE ONDE QUER QUE ESTEJA NÓS TRAZEMO-LO PARA:

PORTUGAL CONTINENTAL

AÇORES

E MADEIRA

TAP
TRANSPORTES
AÉREOS PORTUGUESES